



INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# A posição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na política externa de Angola (2010-2019).

**Anastácia dos Santos Máquina**

Orientador: Prof. Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos Africanos.

*Lisboa*  
2025



INSTITUTO SUPERIOR  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

## **A posição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na política externa de Angola (2010-2019).**

**Anastácia dos Santos Máquina**

Orientador: Prof. Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos Africanos

Presidente:

-Doutor Albino Pereira Guimarães da Cunha, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

-Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de Orientador;

-Doutora Andrea Sofia da Cruz Valente, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

*Lisboa*  
2025

*“I am not African because I was born in Africa,  
but because Africa was born in me”.*

*Kwame Nkrumah*

## **Agradecimentos**

Agradeço à Nzambi Todo-Poderoso pela graça de vida, pela misericórdia que tem me proporcionado todos os dias, pela força, coragem e determinação que me concedeu durante o processo de elaboração deste trabalho.

Aos meus pais, irmãos e cunhados, por sua capacidade de acreditar e investir em mim sempre, sei que posso contar com o vosso suporte em todas as minhas decisões. Minha querida mãe, meu sincero agradecimento por todo apoio e ombro amigo. Pai, sempre foste a certeza de que não estou sozinha nesta caminhada, pois nunca mediste esforços na minha formação académica.

Aos meus professores que me acompanharam durante a minha formação. Quero particularizar estes agradecimentos ao corpo docente do ISCSP-UL, pela disponibilidade e saberes transmitidos, a coordenação do Curso de Mestrado em Estudos Africanos, e em especial ao meu orientador, Professor Doutor Álvaro Nóbrega, que pela graça de Deus me instruiu para a realização deste trabalho, o meu agradecimento, sem a sua sábia orientação, não teria chegado tão longe.

Aos meus colegas e amigos que conviveram comigo nesses anos tornando assim essa jornada mais especial. Mesmo sem saber, muitas vezes foram o refúgio e a alegria nos dias de stress e de insegurança.

A todos, que de forma direta ou indireta, mesmo sem saber, foram o suporte para que esse trabalho se tornasse real o meu muito obrigada. Eterna gratidão, que as bênçãos de Nzambi sejam derramadas sobre todos.

## Resumo

A dissertação visa compreender e identificar a posição e lugar que a CPLP ocupa na ação de política externa/internacional do governo angolano. Destarte, os conceitos chaves para a melhor compreensão da pesquisa em análise foram identificados, destacando-se o conceito de política externa e o conceito de *agenda-setting*. Angola tem consolidado uma política externa que visa impulsionar e consolidar parcerias bilaterais e multilaterais, e delimitar as suas zonas de influência, com o objetivo de alcançar os seus interesses nacionais. A CPLP, enquanto organização que congrega nove Estados Membros que têm o português como língua oficial, apresenta uma perspetiva potencialmente abrangente nos domínios político, económico, cultural, social, jurídico e técnico-científico. A comunidade assenta na cooperação como um dos seus principais fundamentos estratégicos, apresentando uma extensão multisectorial que integra um amplo espectro de domínios, concedendo aos Estados membros a flexibilidade na conceção das ações prioritárias, apesar disso Angola não atua com protagonismo na comunidade.

**Palavra-chave:** Agenda-setting, política externa, Angola, CPLP, comunidade lusófona.

## **Abstract**

The central objective of this thesis is to comprehensively examine and ascertain the standing and function of the CPLP within the broader framework of Angola's foreign and international policy initiatives. Consequently, the fundamental concepts that facilitate a more profound comprehension of the research under scrutiny have been meticulously identified, particularly the concepts of foreign policy and agenda-setting. Angola has consolidated a foreign policy aimed at promoting and consolidating bilateral and multilateral partnerships, and delimiting its zones of influence, with the aim of achieving its national interests. The CPLP, an organization that unites nine member states that have Portuguese as their official language, potentially possesses a comprehensive perspective in the political, economic, cultural, social, legal, and technical-scientific domains. The community is predicated on cooperation as one of its primary strategic pillars, exhibiting a multisectoral scope encompassing a broad array of domains. This confers a degree of flexibility to member states in the formulation of their priority actions. However, Angola does not assume a leading role within the community.

**Keyword: Agenda-setting, foreign policy, Angola, CPLP, lusophone community.**

## Lista de siglas e acrónimos

- ASEAN- Associação das Nações do Sudeste Asiático
- BRICS- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CEDESA- Centro de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social de África
- CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central
- CE-CPLP- Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- CGG - Comissão do Golfo da Guiné
- CIRGL: Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos
- CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- EUA - Estados Unidos da América
- FAA - Forças Armadas Angolanas
- FNLA- Frente Nacional de Libertação de Angola
- ISCSP - Instituto Social de Ciências Sociais e Políticas
- MERCOSUL - Mercado Comum da América do Sul
- MIREX - Ministério das Relações Exterior
- MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
- NAFTA- Acordo Norte-Americano de Livre Comércio
- NATO - *NorthAtlantic Treaty Organisation*
- OIF- Organização Internacional da Francofonia
- ONU - Organizações das Nações Unidas
- PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PRODESI - Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações
- SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
- SONANGOL - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
- U.A - União Africana

U.E – União Europeia

UNITA- União Total para Independência de Angola

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## **Lista de figuras e quadro**

Figura 1- Processos de implementação de políticas públicas.

Figura 2: Figura 2- A inserção regional dos membros da Comunidade Países de Língua Portuguesa (CPLP) nos diferentes blocos e contextos regionais em que se encontram.

Figura 3- Programa de reforço da projeção de Angola no exterior- ações prioritárias.

## Índice

Agradecimentos.....	IV
Resumo.....	IV
Abstract.....	V
Lista de siglas e acrónimos.....	VI
Lista de figuras e quadro.....	VIII
Introdução.....	10
• Objetivos.....	12
• Nota metodológica.....	12
• Estrutura da dissertação.....	13
I- Enquadramento teórico.....	15
I.1- Política Externa.....	16
I.2 – Agenda-setting.....	19
II- A CPLP na <i>agenda-setting</i> angolana.....	22
II.1- A Política Externa de Angola.....	22
II.2- A inserção internacional de Angola.....	25
II.3- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	30
II. 4- O lugar da CPLP na <i>agenda-setting</i> do Governo angolano.....	38
III-Angola na relação com a CPLP.....	43
III.1- A importância da CPLP nas relações Angola-Brasil.....	48
IV-Considerações finais.....	55
Referências Bibliográficas.....	58

## Introdução

A República de Angola é um país que ocupa uma localização privilegiada numa região geopoliticamente importante do continente africano. Com uma costa de 1.250 km banhada pelo Atlântico Sul e uma área total de 1.246.700 km<sup>2</sup>, o país ocupa uma posição central para compreensão das relações entre os países do continente africano e de África com o resto do mundo.

A agenda de política externa angolana, à semelhança da agenda de muitos outros Estados africanos, resulta claramente da conjugação de interesses estatais de natureza diversa, nomeadamente económicos, políticos e sociais. Estes interesses são, subsequentemente, transmutados pelo Estado em ação diplomática na arena internacional. A política externa constitui-se como um instrumento importante, mediante o qual os Estados se projetam e se inserem na esfera internacional. É com recurso a este instrumento que, desde a conquista da sua independência, Angola estabelece parcerias em diversas agendas e temas de afirmação internacional, de modo a viabilizar os seus interesses internos e externos (JOVITA, 2017).

No período pós-Guerra Fria, o cenário internacional foi marcado pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial, que foi acompanhada por uma rápida proliferação de associações de Estados. Estas associações foram estabelecidas pela confluência de interesses e afetos de diversos tipos, com o propósito de alcançar objetivos comuns. Conforme referido por Mota (2009, p. 36), os objetivos em questão eram mais propensos a ser alcançados em contextos homogêneos, fundamentados em considerações políticas, sociais, geográficas, económicas ou étnico-religiosas. Deste modo, a política externa de Angola é exercida junto de entidades multilaterais através de relações e alianças que visam a materialização do interesse nacional. Neste sentido, a organização está integrada na Organização das Nações Unidas (ONU), na União Africana (UA), na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e noutros mecanismos internacionais. No mesmo quadro, a nação estabelece relações diplomáticas e alberga embaixadas fora das organizações e mecanismos internacionais.

A CPLP corresponde ao desígnio histórico da união de povos sob a influência legado colonial português que liga o continente africano, à América Latina e ao continente asiático. Subsequentemente, com as respetivas independências, formaram-se os países falantes de língua portuguesa, que estabeleceram em Lisboa, a 17 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A presente convenção é constituída por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. O ato jurídico da génese da comunidade foi constituído pela Declaração

Constitutiva da CPLP e pelos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com a última retificação datada de novembro de 2007.

A criação da CPLP foi o resultado de uma decisão unânime e voluntária dos países fundadores, tendo-se constituído como um marco significativo na consolidação de uma realidade preexistente, resultante da cooperação desenvolvida entre eles. A comunidade favorece a interligação entre diversos espaços regionais, gerando novos vetores de oportunidades que se repercutem nas relações tradicionais norte-sul. Os objetivos fundamentais, como refere Jovelina Imperial (2006), incluem a concertação política e a cooperação nos domínios económico, social e cultural, visando a conjugação de estratégias para promover o constante progresso dos povos dos Estados-membros, a divulgação e afirmação progressiva da língua portuguesa, bem como o reforço da sua presença nos organismos internacionais.

O processo de formação de *agenda-setting* evidencia a forma como, “num determinado momento, uma questão específica se torna importante, focalizando a atenção do governo e passando a integrar a sua agenda” (ALVES et al., 2016). Deste modo, o presente trabalho visa construir uma análise sobre a relevância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na agenda de Angola, tendo como recorte temporal o período entre 2010 e 2019, considerando as presidências de Angola na comunidade, e como objeto de estudo a sua relação com a organização de base linguística lusófona.

Para esse efeito, consideramos igualmente necessário verificar a importância dessa presença na agenda de Angola, através da análise das suas relações bilaterais com outros países da Comunidade, para adequadamente averiguarmos em que instâncias a CPLP é levada em conta na agenda externa angolana enquanto vínculo institucional ou se apenas prevalece, a ênfase na relação bilateral. Na impossibilidade de efetuar essa análise, no âmbito desta dissertação, à totalidade dos estados lusófonos, optámos por nos circunscrever à relação diplomática com o Brasil, uma grande potência dentro da comunidade.

A República de Angola tem vindo a implementar uma política externa que visa reforçar a colaboração com os demais Estados, de modo a fortalecer o multilateralismo nas relações internacionais e estabelecer zonas de influência. Aida Maria Pegado (2014, p. 71), no âmbito da sua pesquisa de doutoramento em Estudos Africanos, afirma que "Angola apresenta um potencial regional económico, social e humano excepcional, podendo tornar-se e afirmar-se como uma potência regional com influência em direções distintas: África Central e África Austral".

Angola, através dos ditames que lhe são próprios, nomeadamente o potencial do *heartland*, a afirmação e demonstração geopolítica na África Austral e no Golfo da Guiné, bem como os mecanismos de proeminência institucional e da própria diplomacia pública, exerce de alguma forma e, até certo ponto, influência no âmbito regional, sendo

evidenciada pelos seus homólogos como potência regional emergente (PEGADO, 2014, p. 72). Por outro lado, a diversidade geográfica da CPLP representa uma mais-valia para os seus Estados-membros, ao permitir a criação de eixos e triangulações que abrangem diferentes pontos estratégicos vitais a nível mundial.

A participação de Angola em organizações multilaterais constitui uma característica da sua estratégia de ação externa, particularmente no que diz respeito a assuntos de defesa e segurança. Angola possui uma presença expressiva e significativa na CPLP, o que demonstra a importância política e estratégica para a multilateralidade dentro da política externa angolana. No ano de 2021, o país assumiu a Presidência da Comunidade, contribuindo de forma notável para a intensificação da cooperação entre os Estados da comunidade e enfatizando a relevância dos laços culturais, políticos e económicos entre os países (VASCO, 2020).

A presente investigação emergiu do desejo de compreender a ação internacional do governo angolano perante uma comunidade que, apesar de partilhar um elo linguístico identitário, apresenta múltiplas discrepâncias entre os países membros. Procedeu-se à exploração de elementos que possibilitaram a formulação de uma resposta à seguinte questão de partida: qual a importância que o governo angolano atribui à sua integração na CPLP e que posição a comunidade ocupa na ação de política externa angolana?

### • **Objetivos**

A metodologia de estudo visou alcançar o objetivo geral: compreender a posição e a relevância da CPLP na formulação da *agenda* de política externa do governo angolano, considerando o contexto das mudanças ocorridas entre 2010-2019.

E como objetivos específicos:

1. Compreender os eixos da política externa angolana;
2. Analisar o contexto em que ocorreram as mudanças de ação da política externa angolana para com a CPLP, no período entre 2010-2019;
3. Apurar a relevância da CPLP na agenda externa de Angola através da análise da sua relação diplomática com o Brasil.

### • **Nota metodológica.**

O presente estudo visa contribuir para o fortalecimento da investigação na área interdisciplinar dos Estudos Africanos e na sua interface com a disciplina de política externa e relações internacionais, considerando o país e a temática em estudo. Tendo em

conta a escassa divulgação de materiais e a dificuldade na sua obtenção, a investigação recorreu a um estudo de caso, que consistiu na recolha, análise e compreensão das informações sobre o tema em causa (PRODANOV & FREITAS, 2013, p. 54).

A metodologia adotada neste estudo é de caráter misto, com uma predominância do enfoque qualitativo. Esta abordagem envolve a análise de fontes primárias, complementadas por dados quantitativos que fornecem um apoio secundário na ilustração e análise dos argumentos apresentados ao longo do trabalho. A opção pela abordagem qualitativa deve-se à necessidade de descrever e compreender os processos pelos atores empreendem e estruturam as suas ações significativas.

Em termos de procedimentos técnicos, a investigação recorreu, por um lado, à “pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Adicionalmente, a pesquisa documental envolveu a análise de documentos como o Plano de Ação do Governo de Angola e os estatutos e outro material disponibilizado no site oficial da CPLP, bem como fontes encontradas na área bibliográfica do presente trabalho. Para que fosse possível alcançar os objetivos delineados neste estudo, foi necessário consultar diversos arquivos e publicações, incluindo obras biográficas, relatórios jornalísticos e literários, atas, compêndios, discursos, protocolos, memorandos, compilações, programas e estudos. Esta abordagem diversificada foi fundamental para garantir a abrangência e a profundidade da análise.

O modelo de análise foi construído com base na operacionalização do processo de *agenda-setting*, enquadrado na análise da política externa angolana. A partir da análise efetuada, inferiu-se que o paradigma epistemológico que mais se ajustou ao objeto do trabalho foi o interpretativismo, na medida em que este permitiu a compreensão da intersubjetividade, compreendendo o objeto por meio dos aspetos sociais/históricos. O presente estudo, fundamentado na realidade objetiva do recorte temporal e espacial da pesquisa, visa, por um lado, evidenciar o significado subjetivo e, por outro lado, procurar respostas a acontecimentos sociais que possam revelar as estruturas sociais relevantes para o tema em estudo.

### • Estrutura da dissertação

A investigação foi estruturada em três capítulos, cada um com o seu devido subtítulo. O primeiro capítulo visa contextualizar as palavras-chave da presente análise e promover um amplo debate sobre a bibliografia existente, de modo a compreender o contexto teórico sobre o tema em estudo.

No segundo capítulo, procurámos perceber o lugar da comunidade lusófona na *agenda-setting* angolana e também o seu lugar na ação prioritária de política externa do governo angolano. Para ilustrar esta análise, apresentamos dois exemplos: a primeira presidência de Angola na comunidade, em 2010, e a segunda exercida no período de 2021-2023.

No terceiro capítulo, em conformidade com os objetivos específicos delineados neste trabalho, consideramos pertinente realizar uma análise das relações entre Angola e Brasil, com o intuito de compreender a forma como a CPLP se insere nas suas relações bilaterais.

## I- Enquadramento teórico

Conforme referido por Joseph Nye (2009, p. 10), as teorias são comparáveis a mapas, na medida em que facilitam a compreensão de um terreno desconhecido. Sem elas, perdemo-nos. A consciência das teorias que nos orientam permite-nos compreender os nossos pontos fortes e identificar as melhores oportunidades para os aplicar.

O estudo sobre a posição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na política externa de Angola visa compreender o papel e a relevância desta comunidade na definição dos parâmetros da política externa angolana. No entanto, conforme afirmado por Gilberto Veríssimo (2014, p. 29) na sua tese de doutoramento no ISCSP, as investigações sobre as relações internacionais e a política externa de África, particularmente no caso de Angola, que está praticamente ausente das teorias geopolíticas, apesar da extensa reflexão sobre a sua guerra civil no contexto da Guerra Fria, enfrentam significativas dificuldades. Este fenómeno reflete a predominância de abordagens ocidentalizadas nas teorias que sustentam estas ciências, contribuindo para a manutenção de desigualdades na produção de conhecimento no âmbito da política externa.

Conforme afirmado por *Christopher Clapham* (2020), a descolonização académica tem-se revelado particularmente incerta no domínio das relações internacionais, o que não constitui surpresa, dado que é a disciplina mais dominada externamente nas ciências sociais em África (*conforme citado em Capan, 2017*). Em África, este fenómeno é ilustrado de forma mais marcante pela escassez de pensamento original entre os intelectuais africanos sobre o lugar e o potencial do continente na ordem global emergente. Já *Gruffydde Jones*, no seu artigo: *Africa and the poverty of the International Relations* (2005), salienta que a falta de explicação das relações internacionais e da política externa africana decorre do enfoque nas teorias centradas no Estado e nos padrões convencionais da disciplina, bem como da ausência de uma explicação teórica satisfatória nos estudos.

O encontro entre os Estudos africanos e as relações internacionais possibilita o estudo do continente, com as suas especificidades e diversidades, simultaneamente como

um lugar no mundo e para o mundo, de uma forma que valoriza a sua multiplicidade e globalidade. A investigação, considera, por um lado, no âmbito da política externa o debate entre as teorias, especialmente no processo de elaboração de *agenda-setting*, de grande importância no estabelecimento de organizações que assegurem aos Estados a confiança na arena internacional. Por outro lado, esta pesquisa procura fazer uma análise em torno do pensamento teórico da área de Estudos Africanos, com o intuito de atenuar o défice teórico que atualmente é apresentado na temática das Relações Internacionais e de proporcionar uma compreensão mais aprofundada sobre os Estados africanos, nesse caso Angola, enquanto agentes da sua interação regional e internacional.

## **I.1- Política Externa**

Victor Marques Santos (2012, p. 96) considera que "a política externa envolve processos, decisões e ações desenvolvidas pelos Estados, realizadas por órgãos especializados com o uso devido de recursos e instrumentos específicos. Relativamente ao conjunto de estratégias políticas implementadas além-fronteiras, estas visam proteger e promover os interesses nacionais por meio da implementação e concretização de metas e objetivos num programa de governo". Esta realidade, que se verifica sobretudo na implementação da política externa, em particular a angolana, é corroborada por vários autores.

Segundo Damião Ginga (2020, p. 529), o estudo da política externa requer o entendimento e a consideração da interferência do contexto nacional no âmbito decisório do Estado, tanto na esfera internacional. A análise em questão, realizada sob um ponto de vista multifacetado, abrange todas as ações nas quais os atores internacionais, designadamente os Estados, participam e interagem com a comunidade internacional.

Os diversos interesses que unem os Estados enquanto integrantes da comunidade internacional são os motivos para a realização de ações de política externa, por meio da interação com outros países para a resolução de questões ou atendimento de necessidades e interesses partilhados ou mútuos. Miguel Bembe (2016, p. 27) demonstra e refere que, "sob uma perspetiva política, o estudo da política externa é enquadrado no mesmo nível

de análise das várias políticas públicas do Estado e das suas interações próprias. Considerando as consequências das interações entre Estados e outros atores, sejam eles estatais ou não, a análise de política externa é parte integrante do estudo de um ambiente relacional mais amplo”.

Já Freire & Vinha (2015, p. 18) descrevem a política externa como sendo o conjunto de objetivos, de estratégias e de instrumentos (ferramentas) delineados e aplicados por entidades decisórias dotadas de autoridade a entidades fora da sua respetiva jurisdição política, incluindo resultados não intencionais destas, sendo crucial para a posição de qualquer ator no cenário internacional. Em outra perspetiva, Hagan (2001, p. 41), ao debruçar-se sobre o mesmo conceito, reitera que a “política externa abarca dinâmicas complexas, como inseguranças e incertezas sobre o panorama político, *trade-offs* diversos no momento da decisão, difusão da autoridade política e variação nas estruturas e formas de decisão” (2001, p. 41).

Segundo Ariane Figueira (2011, p. 8), a esfera da “política externa dos Estados abarca as ações empreendidas pelos governos no contexto internacional”. Na perspetiva da autora, a política externa não se cinge à definição dos “objetivos e das linhas orientadoras que o país implementará na sua relação com os demais atores do sistema internacional, mas também incorpora abordagens estratégicas de atuação nas distintas vertentes da realidade internacional”, tendo em consideração o poder relativo de cada Estado em relação aos seus parceiros.

Compreender a política externa dos Estados implica, por conseguinte, compreender o complexo processo que antecede a tomada de decisões sobre matérias internacionais, tendo em conta diversos aspetos como características, lideranças e regras na tomada de decisão num contexto mundial em constante transformação.

A análise da política externa de um Estado ou Governo, como refere Maria Freire (2011; p. 14) citada por Joana Borrego na sua dissertação “tornou-se uma área de estudo complexa, implicando múltiplas variáveis relativamente aos níveis de análise, atores, formulação, processos, implementação e resultados”. Porém, Ítalo Beltrão Sposito (2011), parte do pressuposto de que a análise de política e as ações de um governo

orientadas a outras entidades externas, ou observadores no sistema internacional, são componentes fundamentais na compreensão do fenómeno. No entanto, Freire & Vinha (2015, p. 15) referem que “a compreensão do processo de formulação da política externa é tão importante, se não mais, do que a compreensão” dos resultados, podendo ser analisada e compreendida “através de vários modelos que se focam em níveis de análise distintos”, sendo importante destacar “o modelo do ator racional, o modelo de organizações burocráticas, o modelo de pequenos grupos e o modelo dos líderes”.

Para a presente investigação, será adotada a abordagem ao modelo de organizações burocráticas, no qual os intervenientes são os Estados-membros formais das organizações, que, na dinâmica do modelo de decisão, atuam com premissas padronizadas, interesses predeterminados pela organização de que fazem parte e negociações para determinar políticas de origem e fontes teóricas organizacionais, políticas, burocráticas e sociológicas.

Conforme exposto por Ariane Figueira (2011, p. 37), no modelo burocrático organizacional proposto por *Allison Zelikow* na obra: *Essence of decision*, “as grandes organizações adotam padrões de comportamento estabelecidos antes de manifestarem resultados visíveis nas suas decisões e ações”. Neste cenário, as ações dos atores não são tanto decisões deliberadas de líderes, mas sim consequências das grandes organizações que moldam os comportamentos, resolvendo um conjunto específico de problemas com considerável independência para desenvolver esse modelo. Na sua abordagem político-administrativa, é evidente a conceção de que a política externa é o resultado de uma negociação complexa entre as burocracias do executivo, cada uma com os seus objetivos em questões de política externa e influências próprias no processo de tomada de decisão (FIGUEIRA, 2011, p. 30). O processo de tomada de decisões em política externa, segundo este modelo, envolve vários jogos simultâneos e sobrepostos, formando uma rede complexa de atores com diferentes posições hierárquicas e visões sobre quais os problemas a serem resolvidos.

A formulação de políticas públicas, neste caso a política externa, relaciona-se com a agenda de política, que, por sua vez, está relacionada com o conjunto de temas ou problemas considerados importantes em determinado momento. Esta relação é

evidenciada por Ana Cláudia Capella (2018, p. 13), que refere que a agenda de política resulta da ação de atores burocratas, partidos políticos, movimentos sociais, meios de comunicação social, entre outros. Esta abordagem permite identificar e explicar os interesses e os objetivos no sistema internacional. Consequentemente, paralelamente ao quadro institucional, os atores políticos e o tipo de liderança exercida por estes, influenciam a formulação da política externa e o subsequente comportamento do Estado na política internacional.

Conforme indicado por Igor Castellano Silva (2017, p. 49), a análise da política externa africana demonstra que os Estados detêm autonomia nas suas regiões, atuando predominantemente com base no *realpolitik*, embora influenciados pelas suas especificidades histórico-sociológicas. Os estudos que visam estabelecer relações entre a política externa dos países e as suas regiões têm igualmente progredido na análise do papel das potências regionais, das suas capacidades, ou seja, do seu potencial, restrições e reações às suas ações. Não obstante, é fundamental compreender a atuação dos Estados nas suas regiões de maneira predominantemente global.

## **I.2 – Agenda-setting**

Os estudos sobre o conceito de *agenda-setting* no contexto político concentram-se nos fatores e mecanismos que conduzem à inclusão de determinados temas na agenda governamental, exigindo, por conseguinte, a intervenção do governo.

O conceito de *agenda-setting* foi primeiramente formulado por *Donald Shaw* e *Max McCombs* na obra "*The agenda-setting function of mass media*", inspirada nos estudos sobre os meios de comunicação social. Posteriormente, foi desenvolvido e definido como a capacidade de os meios de comunicação influenciarem a formulação da agenda pública de um governo. No entanto, Cappella (2016, p. 676) salienta que, no âmbito da ciência política, as abordagens iniciais que integraram a definição da *agenda-setting* como parte integrante do processo político, remontam à década de 1970, tendo emergido como um desdobramento analítico que visava expor as limitações de uma abordagem pluralista desenvolvida nas décadas de 1950 e 1960.

As análises de Roger Cobb e Charles Elder, descritas por Ana Cappella (2016, p. 677), sobre *agenda-setting* desenvolvidas no início da década de 1970, apresentam “a importância fundamental dos processos pré-decisórios para a compreensão das escolhas e alternativas a serem consideradas pelos tomadores de decisão”. Segundo a autora, a investigação sobre a construção de *agenda* representa uma alternativa às discussões sobre “a teoria democrática clássica (e as questões de influência, igualdade, liberdade, participação) e a teoria democrática moderna (as discussões sobre a estabilidade do sistema democrático, o processo de formação da decisão e as características das elites, entre outros)”.

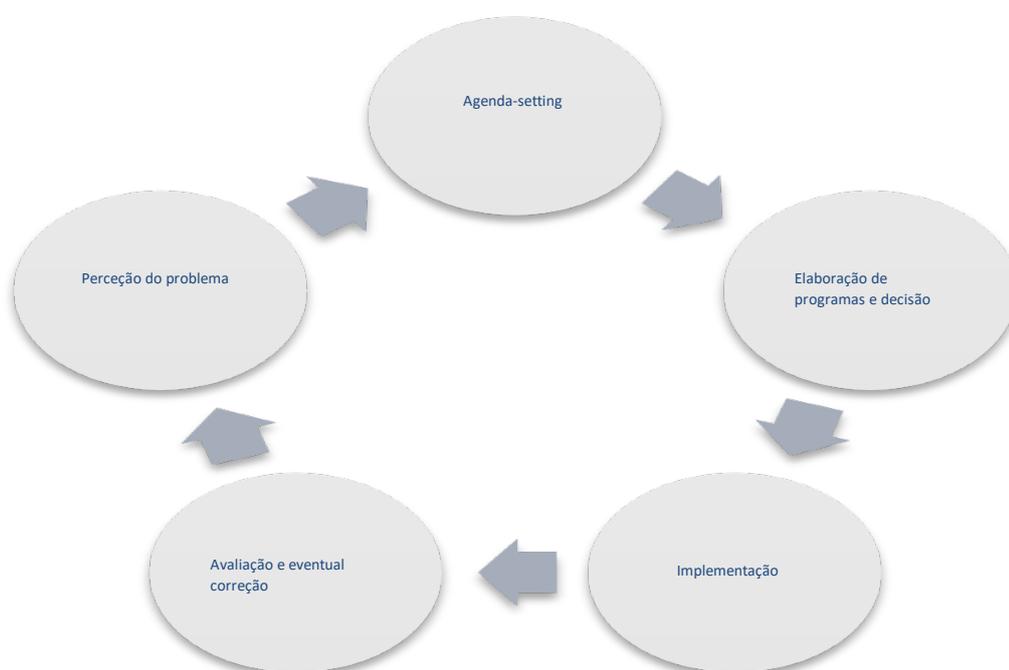
Conforme exposto por Capella (2016, p. 685), as investigações e os estudos acerca da definição de *agenda* tipicamente analisam e avaliam o processo através do qual uma determinada questão se transforma num desafio ou impasse que suscita a apreciação dos órgãos de tomada de decisão. "O êxito ou insucesso de um tema da agenda não é um processo automático, sendo influenciado por diversos fatores, tais como a conexão entre problemas, soluções e o contexto político" (CAPELLA, 2016, p.685). Não obstante, é crucial entender o processo de definição da agenda, tanto na teoria como na prática da democracia, pois compreender a inclusão e exclusão de questões da agenda pode contribuir para aproximar os modelos de definição da agenda da teoria democrática.

O processo de definição de agenda é um momento crítico na produção de políticas públicas, visto que tem grande impacto no seu desenvolvimento e nos resultados a serem alcançados, pois envolve a definição de temas que serão o foco da atenção dos formadores de políticas, além de afetar as escolhas que serão feitas posteriormente ao longo do processo decisório.

No âmbito do estudo de política externa e de *agenda-setting*, uma convergência que se afigura transversal às pesquisas supracitadas é a necessidade de aludir à concepção que Leticia Pinheiro & Mónica Salamon (2013, p. 50) propõem sobre a política externa enquanto política pública. As autoras abordam a política externa transferindo-a para o mesmo domínio de “politics” e posteriormente reconhecem que a sua formulação e “implementação se inserem na dinâmica das escolhas de governo, que, por sua vez, resulta em coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses

diversos, que expressam a própria dinâmica política”. Num primeiro momento, Pinheiro & Salamon (2013, p. 51) retiram a política externa de uma categoria intrinsecamente relacionada a presumidos interesses de Estados soberanos, imunes a influências circunstanciais de teor político-partidário, despojando-as das singularidades habitualmente associadas à política de Estado. Esta mudança de paradigma leva à conferência de uma singularidade externa relativamente às demais políticas públicas do governo.

Conforme referido por Kelly Gianezini, Letícia Barreto, Sirlei Lauxem et al (2018, p.1078), as políticas públicas são sujeitas a um processo que abrange a sua implementação e conclusão. Esta afirmação é fundamentada no ciclo proposto por *Klaus Frey* (2000), que conceitua os modelos como abordagens simplórias para a análise da implementação de uma política pública, dada a sua complexidade em termos de realização e prática (Figura 1).



Fonte: Desenvolvido pelos autores (GIANEZINI; BARRETO, 2018) a partir de: FREY, K (2000) - Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática de análise de políticas públicas no Brasil. Brasília, DF: IPEA. (Planejamento e Políticas Públicas, v.21).

Conforme demonstrado no fluxograma apresentado na figura 1, segundo Frey (2000), a fase "*agenda-setting*" consiste numa análise preliminar que determinará se o problema será incluído na agenda política e administrativa ou se será adiado para uma data posterior. Por um lado, os estudos sobre a definição da *agenda-setting* indicam e pesquisam como uma circunstância se transforma num impasse que desperta a atenção dos responsáveis pela tomada de decisão. Contudo, uma vertente escassamente escrutinada pela literatura científica é o processo através do qual as questões perdem importância, chegando mesmo a ser excluídas das agendas políticas dos órgãos de soberania.

Conforme afirmado por *Kingdon* (2003), o sucesso ou o fracasso de uma questão na agenda não é um procedimento automático, mas sim influenciado por diversos aspetos. Neste sentido, a mudança de imagens, a mobilização política e a emergência de novos atores no processo de decisão, conforme apontado por Jones (1993), são aspetos a considerar. Esta reflexão conduz-nos à análise da agenda do Governo angolano referente à organização da CPLP.

## **II- A CPLP na *agenda-setting* angolana.**

### **II.1- A Política Externa de Angola.**

Analisando o contexto angolano, segundo Jovita José (2011, p.54) a formulação da política externa angolana, assim como na maioria dos países africanos, resulta do “encontro entre interesses económicos, políticos e sociais” de diversas origens “e sua transformação pelo Estado em ação diplomática ou militar”. Política externa constitui o mecanismo primordial de afirmação, ou seja, inserção internacional, mediante o qual desde o processo de independência, Angola estabelece e integra parcerias em diversas agendas e temas de promoção e afirmação em contexto internacional, de modo a materializar e salvaguardar os seus interesses internos e externos.

Para compreendermos a inserção internacional de Angola, bem como as suas ações externas, há que analisar dois principais períodos, dos quais o autor José (2011,

p.267), considera por um lado, o período de 1975 a 1992, caracterizado por restrições e por autonomia, e que aborda a forma como se desenvolveu o marco do processo de formação de parcerias bilaterais. Por outro lado, o período de 1992 até 2011, caracterizado pelo pragmatismo propositivo. Deste modo, a política externa angolana está inevitavelmente sujeita a uma reformulação da sua estrutura, em resposta às mudanças nos paradigmas sociais, políticos e económicos, impulsionados pelo processo de regionalização e globalização. Neste sentido, as ações externas de Angola visam primordialmente garantir a segurança necessária para a reconstrução e obtenção dos recursos, investimentos e tecnologias essenciais para o seu desenvolvimento sustentável (JOVITA, 2017, p. 53).

Como exposto por Nathaly Schutz (2022, p. 60), durante o período da guerra civil, a prioridade máxima, quiçá a única, das operações externas do governo do partido MPLA consistia em neutralizar as suas forças contrárias e as potenciais contribuições externas que estas recebiam. Com o término do conflito, a República de Angola procede à reorganização da sua inserção internacional, fundamentada na consideração dos dois âmbitos-chave, o regional e o internacional. De acordo com Bembe, o novo posicionamento de Angola refletiu-se no seu envolvimento na resolução dos conflitos na sub-região, consolidando a sua reputação como um "exportador de paz, segurança, estabilidade e desenvolvimento". No âmbito das suas políticas, tanto internas como externas, a questão que se destaca é a priorização do dualismo entre segurança e desenvolvimento. Este dualismo tende a constituir o elemento central "da Política Externa Angolana, nomeadamente na CEEAC, SADC, CGG e CIRGL, enquanto o país procura fazer sentir o seu peso nos grandes assuntos internacionais, como, por exemplo, através das Nações Unidas" (BEMBE, 2016, p. 43).

Angola procura estabelecer parcerias estratégicas com outros Estados, com o intuito de associar-se a estes, de modo a alcançar os objetivos delineados na sua agenda, atingir metas comuns e obter benefícios mútuos com os seus parceiros. As parcerias e colaborações em questão são fundamentadas na confiança mútua e no compartilhamento de recursos, visando a otimização das sinergias e a potencialização das oportunidades de sucesso no contexto internacional. Deste modo, é evidente a importância de aprofundar

ou formalizar a relação entre os Estados, estabelecendo ações coordenadas em prol dos seus interesses e da concretização de objetivos fundamentais partilhados.

A política e ação externa angolana tem vindo a passar por um processo de construção e consolidação de parcerias bilaterais e estratégicas, tanto a nível regional como internacional, através da diversificação de parcerias. No entanto, de acordo com José Jovita (2017, p.69), a ação de política externa e as estratégias de Angola têm como foco a criação de relações internacionais mais sólidas desde a independência, tendo uma agenda que busca priorizar a cooperação bilateral com parceiros fora de África, visando recuperar e fortalecer os seus instrumentos para a reconstrução e estabilidade nacional.

O conceito da política externa proposto por Víctor Marques Santos (2000, p. 96), ajustando-se perfeitamente ao contexto angolano, referenciado também por Miguel Bembe (2016, p. 33) que afirma que “a política externa de Angola, corresponde ao conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que o Governo adota e aplica a entidades fora da sua jurisdição política, para assegurar a defesa e materialização dos interesses nacionais”. Destarte, a política externa de Angola colabora com entidades multilaterais, regionais e bilaterais no sentido de criar alianças e pontos de apoio geopolíticos, visando atingir os seus objetivos nacionais por meio de ações político-diplomáticas. Protegendo os seus interesses por meio do envolvimento ativo nas instituições internacionais das quais faz parte, as quais incluem a ONU, a UA, a SADC, a CEEAC, a CPLP e a CGG.

No âmbito da presente pesquisa, partiremos deste conceito fundamental no quadro da análise de política externa e do processo de *agenda-setting* angolanos, na tentativa de evitar o desnorte concetual com possíveis interpretações divergentes.

Desde o momento em que alcançou a independência, em 11 de novembro de 1975, Angola desenvolveu laços diplomáticos, visando defender e proteger os seus interesses nacionais e aumentar a sua influência global (BEMBE, 2016, p.50).

## **II.2- A inserção internacional de Angola.**

No âmbito das relações internacionais, é possível reconhecer o formato de integração de um Estado no cenário global pela forma como os Governos desenvolvem e implementam as suas políticas externas. O termo "inserção internacional" pode ser compreendido como o processo de formalização de conceitos relativos à política externa, utilizados por entidades com o propósito de aumentar a sua influência no cenário internacional e implementar as políticas e estratégias de desenvolvimento mais apropriadas aos respetivos objetivos políticos, económicos e socioculturais, com a flexibilidade necessária.

Para Issac Napoleão Simião (2014, p. 41) cada Estado desenvolve e implementa o modelo de inserção internacional que considera mais adequado de acordo com as suas próprias características, a fim de se posicionar no cenário internacional. Angola não é exceção, já que faz parte do sistema internacional e neste participa buscando atingir os seus objetivos.

O processo da inserção de Angola foi marcado inicialmente pela guerra civil, que teve, além dos atores locais, também atores internacionais. Os primeiros sinais de intervenção externa foram detetados imediatamente após a conclusão da luta de libertação contra o colonialismo português (1961-1974). O processo de obtenção da independência culminou num conflito entre os três movimentos que lutaram pela independência: o MPLA, a UNITA e a FNLA. Estes movimentos recorreram à força para controlar o território angolano e afirmar-se como os líderes do seu povo. Os movimentos em questão receberam apoios externos, nomeadamente: o MPLA, que recebeu apoio da União Soviética (URSS) e dos seus aliados, em particular Cuba; e a UNITA e a FNLA, que receberam apoio dos Estados Unidos da América (EUA) e de países da região, respetivamente a África do Sul e o Zaire.

A sequência de eventos em Angola, no período compreendido entre 1975 e 2002, está ligada à ação das potências globais na prossecução das suas estratégias de política externa e economia política, seguindo uma lógica neocolonial. Angola, um país com abundância de recursos naturais, atraiu o interesse das principais potências para a

exploração de petróleo e diamantes. A decisiva batalha de Cuito Cuanavale ditou o fim da intervenção militar da África do Sul e levou à aprovação pelo Conselho de Segurança da resolução 435/78, tendo as Nações Unidas (ONU) mediado o conflito entre Angola e a África do Sul. Devido às mudanças na geopolítica global após a queda do Muro de Berlim, a disputa envolvendo a SWAPO, partido que lutava a partir de Angola pela independência da Namíbia (hoje Namíbia) e a África do Sul, a potência administrante desse território por mandato da Sociedade das Nações, conduziram à independência da Namíbia. Com a sua independência, a África do Sul foi afastada das fronteiras de Angola e deixou de ter acesso ao território namibiano. (SIMÃO et al., 2017, p.114)

O conflito armado que a afetou durante décadas criou desafios à inserção de Angola no sistema internacional. De tal modo que o seu método de inserção era passivo, visto que se focava apenas em proteger a sua independência e integridade territorial. Simião (2014, p.47) afirma que com a transição da guerra para paz, novos interesses nacionais surgiram, levando o Governo angolano a reavaliar o seu modelo de integração para atendê-los. Assim, precisou escolher um tipo de inserção, que o autor denominou de ativa. Para o autor “este modelo permite ao país coordenar esforços no sentido de alargar a sua cooperação com outros membros do sistema internacional” para manter a paz, segurança e estabilidade, visando o “desenvolvimento econômico, social e cultural”. O Governo de Angola tem aplicado o chamado conceito de poder brando (*Soft Power* – conceito de Joseph Nye (2005)) na implementação deste modelo de inserção internacional, alcançando resultados positivos por meio de negociações, diplomacia e valores políticos.

Hans Morgenthau (2003), na sua obra “*A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*”, afirma que o poder de uma nação é determinado por diversos fatores. O autor estabelece uma diferenciação entre os elementos estáveis e os elementos suscetíveis a mudança, identificando a geografia como o fator mais estável, uma vez que determina a posição de um país no mundo e influencia a política externa. No contexto angolano, à luz da teoria geopolítica de *Mackinder* (1919), Angola integra parcialmente o *Heartland* do Sul e também parte do seu *Rimland*.

Como refere Aida Pegado (2014, p. 121), “a República de Angola apresenta uma localização estratégica no Atlântico Sul, o que lhe confere acesso ao mar e projeção para o interior e exterior, posicionando-a como um dos países com maior potencial económico na África subsaariana”. Conforme exposto por Miranda (2018), esta região geográfica detém, no contexto histórico, uma importância geopolítica de âmbito internacional, em virtude da sua condição de ponto de encontro do comércio entre 3 continentes, África, Europa e América Latina. No entanto, o delineamento e a implementação de uma estratégia de consolidação geopolítica por parte de Angola exigem a conceção de um quadro de análise fundamentado em múltiplos fatores de sustentabilidade e projeção, tanto internos como externos (BEMBE, 2016, p. 47).

Para Ginga (2020, p.536) a localização geográfica de Angola, situada no Atlântico Sul e na zona do Cone Sul de África, atribui uma relevância geoestratégica substancial aos respetivos espaços marítimos nacionais ou sob o domínio jurisdicional do Estado angolano. Esta premissa é particularmente relevante quando considerada no contexto das rotas marítimas que atravessam ou se dirigem para o sudeste do Atlântico Sul e da no âmbito da geopolítica associada à indústria do petróleo.

O oceano Atlântico que circunda Angola é fundamental para a prosperidade, desenvolvimento e avanço do país, pois influencia diretamente a geopolítica e a geoeconomia angolana, através da exploração de recursos e das trocas comerciais de produtos necessários para sua sustentabilidade. Assim, o controle dos acessos ao mar, tanto militar quanto economicamente, dá a Angola uma vantagem política e um grau de autonomia geográfica na região (PEGADO, 2014, p.124). Para a autora, a importância geoestratégica do país é em parte devido à quantidade de recursos naturais, sendo que alguns já estão sendo explorados e outros têm potencial para vir a ser explorados. No âmbito do poder nacional, são considerados como um dos fatores palpáveis, ou seja, elementos tangíveis que, se aproveitados, podem fazer com que o país se posicione como um líder, não só na região, mas também a nível mundial.

De acordo com Damião Ginga (2020, p.536), por um lado, os angolanos também enfrentam a escassez de ferramentas nacionais, tanto científicas como informativas, que abordem as principais perspetivas da política externa. Neste sentido, seria oportuno

desenvolver um modelo doutrinário de apreciação e compreensão da ação externa do governo angolano, assim como de outros Estados africanos. Em contrapartida, o autor vê a nova postura do Estado angolano no cenário internacional como uma oportunidade de estabelecer alianças e cooperações, aumentando sua influência regional e global em benefício do interesse nacional. A forma como Angola se posiciona e atua no plano externo está diretamente ligada às diretrizes do Estado no cenário global, especialmente nas relações com outros países.

A presença internacional de Angola, em termos da sua influência, relevância e impacto nas relações internacionais, deve ser alcançada através da combinação da consonância da perspectiva de progresso nacional com as estratégias externas e de defesa, ou seja, uma conjugação e integração do “*hard power* e do *soft power*”, visando construir o “*smart power*” angolano (GINGA, 2020, p. 549).

Angola desempenha um papel crucial, com implicações na CPLP, noutros organismos regionais africanos (CEEAC, SADC e Comissão do Golfo da Guiné) e nos Estados vizinhos da África Central e da África Austral, especialmente nos sistemas políticos e de defesa e segurança mais fragilizados (RDC e República Centro-Africana). As temáticas concernentes à defesa e à segurança no continente africano têm sido utilizadas como um tema central na diplomacia angolana, onde o peso do poder militar e o impacto resultante da indústria petrolífera assumem um papel determinante (MONGARDIM, 2014).

Segundo Alves da Rocha (2014, p. 2) foi estabelecida uma estratégia diplomática visando conferir a Angola um reconhecimento político em alguns organismos regionais africanos, como a SADC, região dos Grandes Lagos, Golfo da Guiné (que reúne os países produtores de petróleo dessa região) e mesmo a CPLP, apesar de a sua relevância económica ser menor do que as sub-regiões essencialmente africanas (SADC e CEEAC). Já Zeferino Pintainho (2014, p. 45) apresenta e define que a política externa de Angola consiste na promoção da auto-suficiência, por intermédio da articulação integrada com o cenário internacional, sobretudo com os países do Atlântico Sul. Contudo, a perspectiva angolana, bem como os tratados sub-regionais, ampliam a potencialidade de intervenção de forma mais assertiva na conceção de estruturas internacionais pertinentes para o país.

Consequentemente, a República de Angola tem vindo a alcançar uma imagem de elevada credibilidade ao nível político perante a esfera internacional, em virtude do seu posicionamento e performance político-diplomático.

As relações bilaterais são um dos meios utilizados pelos Estados para se projetarem no sistema internacional. Simião (2014, p.51) argumenta que estas relações são estabelecidas com base em políticas compartilhadas adotadas por dois Estados ou organizações em relação ao comércio, defesa e diplomacia. Em conformidade, como refere o autor, com os progressos alcançados “nas relações bilaterais e com os significativos vínculos interpessoais, bem como com os resultados convergentes” entre ambos, determinados Estados optam por elevar os patamares das suas relações para um nível de parceria estratégica.

No caso de Angola, que tem participado ativamente no sistema internacional, com o objetivo de proteger e promover seus interesses, o governo tem procurado aproximar-se das principais potências para estabelecer parcerias estratégicas com o objetivo de garantir a sua segurança e crescimento económico. A aproximação diplomática entre Angola e a República da China e os Estados Unidos da América é mais uma estratégia para atingir seus objetivos, visto que os EUA são uma superpotência ativa e a China tem demonstrado ser um país emergente poderoso. Porém, também conta com a ajuda de outras parcerias nomeadamente com a Rússia, o Brasil e Portugal. Desta forma, é possível partilhar responsabilidades e obter resultados provenientes das parcerias já estabelecidas. No caso da parceria estratégica de Angola e Rússia, é maioritariamente no domínio da defesa e segurança. Já com os EUA, Angola tem a parceria estratégica firme no sector económico, tendo também os EUA desempenham um papel crucial como interlocutor internacional, dada a sua posição como centro de poder e decisão a nível mundial, exercendo uma influência significativa sobre instituições internacionais. Por outro lado, com base a leitura geopolítica do sistema internacional, a parceria estratégica com a China também tem uma vertente económica muito forte, expressa nas linhas de crédito que têm constituído uma das maiores operações financeiras efetuadas em Angola desde a sua independência, visando a construção de importantes infraestruturas do país.

Expandir a influência de um país no cenário global é uma missão muito complicada, exigindo esforço, investimento, planos e comprometimento por parte das entidades responsáveis por estas ações. É necessário, portanto, realizar uma avaliação geopolítica da situação e em seguida escolher os meios da diplomacia adequados para alcançar as metas definidas. Assim, o Governo de Angola considera que para expandir sua influência internacional é necessário ampliar a diversidade de parceiros e formas de relacionamento, uma vez que as relações bilaterais são limitadas em abranger todos os aspetos das relações internacionais. E com esse intuito que passa a agir e projetar o seu poder e posicionamento regional. Destarte, Issac Simião (2014, p.74) salienta que além das parcerias que têm sido desenvolvidas a nível bilateral e regional, é no domínio multilateral que se observa uma potencialidade de ampliar sua atuação para além das suas zonas de influência, bem como a possibilidade de estabelecimento de novas alianças, as quais se têm revelado úteis na resolução de diversos conflitos. Neste sentido, Angola tem buscado aumentar suas iniciativas ao lado da CPLP. O autor reforça que a concertação de posições entre os Estados-membros para fortalecer a sua presença internacional é crucial, porém enfrenta desafios devido aos interesses divergentes de cada país.

### **II.3- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.**

No contexto da análise internacional, as organizações de âmbito internacional são o resultado da evolução da cooperação entre os Estados, representando um avanço significativo no âmbito das relações internacionais. Algumas destas organizações nasceram juntando países com história partilhada e uma língua comum como a Commonwealth e Organização Internacional da Francofonia (OIF) e a CPLP.

Cristian Góes (2021, p.29), na sua obra: A comunidade invisível, afirma que as ações de globalização, principalmente no âmbito económico, requerem igualmente fundamentos políticos, culturais e morais, quase religiosos". Sob uma perspetiva política, o apoio materializou-se na criação de entidades destinadas a garantir a segurança dessas operações, resultando assim na formação da União Europeia (UE), do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), da União Africana (UA), do Mercado Comum do

Sul (Mercosul), dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), entre outras entidades similares. Estas organizações procuram atuar segundo uma lógica de cariz económico, tanto a nível regional como global. Todavia, algumas entidades recorreram aos elementos aparentemente comuns entre os países no que diz respeito à história e à cultura para criar outros blocos, embora, no fundo, o objetivo fosse político e económico, adotando uma perspetiva cultural. A título de exemplo, podemos considerar *Organisation Internationale de la Francophonie* (OIF), que inclui nações onde o francês é língua oficial, a *Commonwealth of Nations* assente na língua inglesa e a CPLP que congrega os países de língua oficial portuguesa.

Ter um idioma em comum, ou similar, é crucial para promover a sensação de coesão entre as pessoas de uma comunidade local. Isso acontece também com grupos de pessoas que vivem longe das suas origens, mas se identificam como próximos e criam laços emocionais, devido à partilha de uma língua comum ou parecida. Assim, Góes (2021, p. 30) defende que essa não é uma regra rígida, reforçando que “a Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, antigas colónias portuguesas, são igualmente partes integrantes da Organização Internacional da Francofonia (OIF), de língua francesa. Esta situação é análoga à de Moçambique, país que, embora faça parte da CPLP, está também associado à Commonwealth de língua inglesa”. O autor salienta que, para além dos respetivos países-membros, estas estruturas organizacionais, que emergiram de fundamentos históricos, de vínculos linguísticos e de matrizes identitárias, também congregam outras nações e regiões, sustentando a existência de vínculos do passado. Num primeiro momento, no contexto da CPLP, países como a Geórgia, o Japão, a República Maurícia, a Namíbia, o Senegal e a Turquia, dentre outros, ingressaram como entidades observadoras. Em contrapartida, no contexto da comunidade de língua portuguesa, é perceptível uma aproximação significativa com Macau, Galiza, Goa, Uruguai, entre outros países e regiões. Todavia, tal como indica Pedro Graça em *O Problema da Falta de Consenso Histórico* não é a realidade histórica que perdura (2008, p. 123-129); o que permanece é a imagem que foi formada dessa referida realidade, posteriormente institucionalizada como história.

No caso da CPLP, como indicam os seus estatutos, foi criada para unir os países de língua portuguesa, que são "nações que partilham uma herança histórica, o idioma

comum e uma visão partilhada do desenvolvimento e da democracia" (CPLP, 1996). Esta comunidade recebeu um impulso decisivo a 17 de julho de 1996, assumindo as funções dos seus três pilares, como o seu estatuto indica: "a concertação político-diplomática, a cooperação mutuamente vantajosa e a difusão da língua portuguesa". Os Estados-Membros iniciais são Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em maio de 2002, a comunidade recebeu Timor-Leste, e posteriormente em 2014, a Guiné Equatorial tornou-se o seu nono membro.

Domingos Simões Pereira (2009), antigo Secretário Executivo da CPLP, considera a CPLP como um espaço de consolidação coletiva, integrado por Estados com direitos iguais, que, apesar das suas particularidades, unem os seus potenciais e recursos. No entanto, destaca que o Brasil e Portugal possuem responsabilidades estratégicas específicas, devido à sua capacidade financeira e ao seu elevado nível de desenvolvimento social.

Carlos Lopes (2004, p. 3) afirma que a Comunidade tem estatutos que definem a sua natureza como "um foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros". Estas proposições fundamentais são cruciais para uma melhor compreensão da identidade e missão da CPLP. Entretanto, é comum que se verifique uma conexão tênue, não obrigatoriamente consagrada institucionalmente, mas que pode funcionar como um espaço para diálogo, interações e trocas de perspetivas e experiências, sem envolver necessariamente uma dimensão política e normativa consistente.

No que concerne aos objetivos delineados pelos estatutos, destacam-se três grandes objetivos da comunidade: "a concertação político-diplomática entre os seus Estados-membros; a cooperação em todos os domínios; e a materialização de projetos de promoção da língua portuguesa". Conforme exposto por Jorilha Silva (2023, p. 38), apesar do crescimento e do potencial promissor da CPLP, as assimetrias entre os países-membros impedem a plena realização dos seus propósitos, em virtude de múltiplos obstáculos que dificultam a sua consolidação.

Os seus objetivos são voltados para o futuro, suas diretrizes são baseadas na democracia, e seu espaço é recetivo para a participação de outros parceiros-colaboradores, sejam eles do setor público ou privado, dentro e fora da comunidade lusófona. Contudo, o seu impacto real resume-se a uma declaração diplomática comum de intenções, sem influenciar a aceleração do processo de decisão (SILVA, 2023, p.39).

De acordo com os seus estatutos, a comunidade lusófona goza de “personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, fundamentando-se no princípio da igualdade entre Estados-Membros e no respeito pela identidade nacional”. Por outro lado, em termos de estrutura organizativa, consiste em três fundamentos principais: Assessoria Político-Diplomática; Cooperação; Ação Cultural e Língua Portuguesa.

Para Jorilha Silva (2023, p. 48), “a CPLP estimula a cooperação entre os seus membros, sendo um pilar estruturante da comunidade, com o objetivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos e o desenvolvimento mútuo”. A cooperação constitui um pilar estratégico que possibilita a afirmação da identidade dos Estados-Membros, promovendo, conseqüentemente, o fortalecimento da cidadania comunitária e o reforço dos laços culturais, sociais, económicos e políticos. Em contrapartida, para o ex-diretor do Departamento de África e do Médio Oriente do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, embaixador José Vicente Pimentel (2000, p. 23) “a CPLP trata-se de um instrumento político-diplomático, destinado a promover a aproximação entre os seus membros e forjar parcerias. Não substitui, mas sim complementa e fortalece a ação bilateral entre os membros”.

No que diz respeito à sua vertente cooperativa, a CPLP estabelece parcerias com entidades governamentais, da sociedade civil, com o setor privado e com outras organizações e instituições internacionais. No entanto, A responsabilidade de definir, implementar e monitorar a Estratégia de Cooperação da CPLP cabe aos Estados Membros e aos órgãos governamentais, que devem ser os principais agentes de cooperação na comunidade. (SILVA, 2023, p.51). Destarte, segundo o autor, a cooperação na CPLP constitui um dos fundamentos estratégicos da comunidade. Não obstante, a ausência de determinação dos Estados-Membros compromete a capacidade representativa e a

expressão da comunidade no contexto internacional, bem como o progresso das suas iniciativas de ação coordenada.

Todavia, segundo Haletta (2014, p. 89), os países-membros da comunidade têm preferido focar a sua ação externa em relações diretas com os Estados que constituem a comunidade, através de negociações bilaterais ou eventualmente multilaterais, em vez de privilegiarem um posicionamento multilateral formal, promovido pela comunidade. Neste sentido, embora os Estados-membros da CPLP tenham procedido à aprovação e assinatura da Declaração Constitutiva, não é possível concluir que exista um consenso unânime sobre o papel principal desta. Em suma, neste âmbito, é inquestionável que a comunidade está confrontada com desafios de natureza estrutural, resultantes, sobretudo, da necessidade de cada Estado-membro pertencer a diversos espaços geográficos distintos. Desta forma, torna-se difícil, senão impossível, compatibilizar os interesses em causa, uma vez que os recursos a nível estatal são limitados e é necessário estabelecer prioridades em caso de conflitos entre os interesses em questão e os da CPLP (HALETTA, 2014, p. 90).

Conforme demonstrado na investigação de Silva (2023, p. 49), a cooperação na CPLP constitui um tema que merece atenção, devendo estar em conformidade com os princípios orientadores e os vetores estratégicos. Torna-se imperativo que esteja alinhada com os seguintes elementos: o reforço da cooperação entre Estados, a incentivação do desenvolvimento, da mutualidade, da legitimidade democrática e dos direitos humanos, a preservação de um pendor pluridimensional e transversal, o potencial da parceria com atores multissetoriais, bem como vários outros aspetos a considerar.

De acordo com a Declaração Constitutiva, os Estatutos da Comunidade e o Plano Indicativo de Cooperação da CPLP, “as principais áreas de intervenção incluem a concertação político-diplomática, os acordos económicos, a governação eletrónica e a ajuda humanitária, bem como o apoio a instituições públicas e privadas que desenvolvam projetos nas áreas do turismo, cultura, desporto, segurança alimentar, comunicação social, educação e preservação ambiental”. Para Ginga (2014, p. 369), a CPLP é um instrumento estratégico para a projeção internacional de Angola. A cooperação com Portugal e Brasil,

é crucial, especialmente na troca de percepções sobre tecnologia, que englobaria a defesa e também temas marítimos de maneira abrangente.

A CPLP visa consolidar-se como um interveniente relevante e primário na mediação entre Estados-membros e demais organismos, promovendo a cooperação e intercedendo na prevenção e resolução de crises regionais, bem como na afirmação da sua própria identidade e da língua portuguesa. O papel de Angola enquanto portador de desenvolvimento sustentado é notório. Esta função é desempenhada através de duas vias: a primeira, as transações comerciais e as táticas de parceria nos setores de evolução dos Estados africanos; a segunda, a esfera político-diplomática de congregar e promover a língua portuguesa dentro dos órgãos internacionais. Neste último domínio, Angola tem vindo a contribuir proactivamente, a título de exemplo o seu papel dentro da União Africana. Fatores que o país procura impulsionar e rentabilizar na sua relação estratégica com os demais Estados-membros desta organização, e que foram congregados de forma mais eficaz durante a presidência de Angola na comunidade (2010). Tais fatores são considerados fundamentais para a governação e representam um vetor privilegiado da política externa angolana, tanto a nível regional como internacional (HALETTA, 2014, p 17).

Segundo Tiago Vilinga (2022), assim como uma organização intercontinental, dentro da CPLP, cada um dos países que fazem parte da organização está integrado ou procura integrar-se num contexto e bloco regional específico, podendo aproveitar essa inserção geográfica em prol dos objetivos da comunidade e dos seus membros, principalmente no campo comercial das diversas economias regionais, atuando como grupo de pressão em diferentes espaços de discussão e tendo a organização como elo entre eles (VILINGA,2022, p.11).

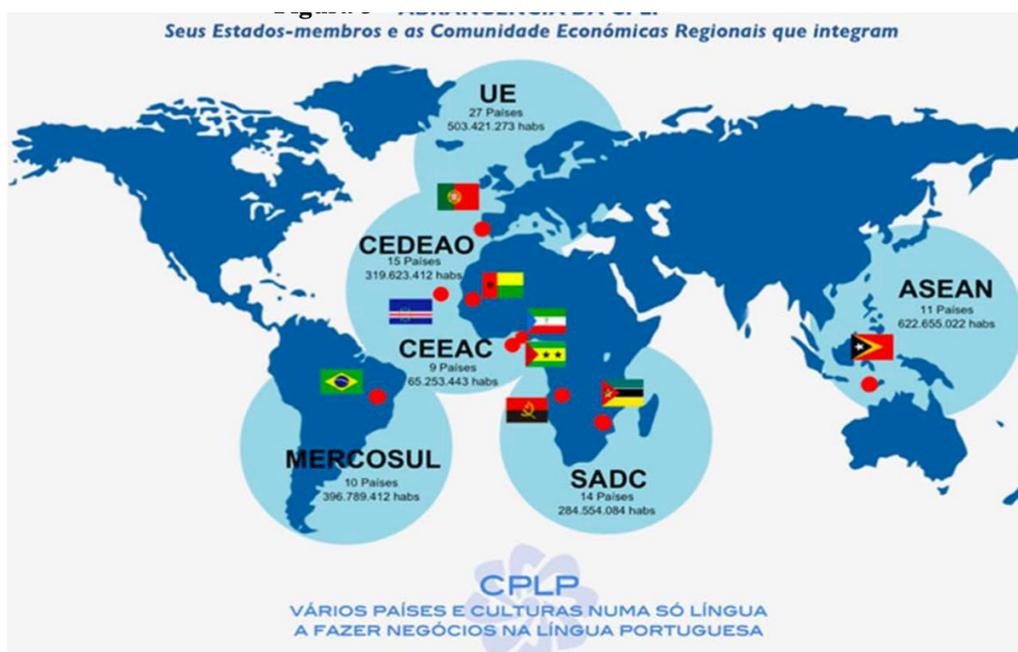


Figura 2 - A inserção regional dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nos diferentes blocos e contextos regionais em que se encontram.

A CPLP é um ativo com relevância geopolítica e geoestratégica, possuindo uma capacidade intrínseca para se afirmar como uma organização mais dinâmica e proeminente no contexto internacional. Conforme demonstrado na figura supramencionada, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) abrange a participação de Angola e Moçambique, sendo que este último país também se integra na Commonwealth. A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) compreende a participação de Guiné-Bissau e Cabo Verde, sendo que este país-arquipélago também se encontra como membro da Organização Internacional da Francofonia (OIF). São Tomé e Príncipe encontra-se na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), uma organização da qual Angola também faz parte. Portugal é um dos Estados-membros da União Europeia (UE), enquanto o Brasil é um membro destacado do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Por sua vez, Timor-Leste procura assegurar a sua entrada na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), ainda que tal entrada não tenha sido efetivada até ao momento. Adicionalmente, Timor-Leste desfruta de algum acesso ao Fórum das Ilhas do Pacífico. Estas organizações poderão vir a assumir um papel de facilitadoras de eventuais estratégias de parceria entre governos para o continente africano, em específico no caso em estudo, para Angola.

Há um aspeto condicionador da CPLP, que segundo Pedro Borges Graça, (2008, p. 123-139) decorre de “ao conceito de lusofonia parece que tem andado associado, no âmbito de uma parte substancial da elite intelectual, académica e política dos Países Africanos Lusófonos, um sentido pejorativo de neocolonialismo cultural por parte de Portugal.”. O autor considera que a imagem projetada pelos outros países constitui uma variável relativa à estabilidade da política externa, que contribui para a explicação da sua orientação a longo prazo. Consequentemente, é possível compreender que a ausência de um alinhamento histórico na esfera lusófona sobre o período colonial gera perturbações na comunicação desenvolvida no sentido da edificação da Comunidade, tal como desejado. A ausência de consenso histórico constitui, portanto, uma fragilidade significativa e vem sendo, de certa forma, uma questão preexistente que condiciona as ações e aspirações da política externa dos PALOP face a comunidade lusófona.

Jorilha da Silva (2023, p.52), apresenta um quadro interpretativo da análise SWOT que descreve o que podemos chamar de condicionantes que limitam, de alguma forma, o potencial da CPLP, tais fatores incluem a falta de dinamismo face a contextos emergentes, que se manifesta como uma deficiência organizacional. A guerra civil na Guiné-Bissau constitui um exemplo ilustrativo, na medida em que a intervenção da CPLP se cingiu a uma ação diplomática, não tendo sido implementado um mecanismo de defesa imediato. Adicionalmente, a vulnerabilidade institucional de alguns Estados-membros representa um desafio para a cooperação regional; os países africanos apresentam, de forma acentuada, debilidades institucionais, assimetrias sociais e escassez de recursos financeiros, uma vez que carecem de fontes de receita próprias. A CPLP, por conseguinte, depende de financiamentos e doações, o que condiciona a sua capacidade operacional. Ademais, a CPLP é mais recetora do que prestadora de cooperação, em virtude das suas fragilidades estruturais e necessidades intrínsecas de desenvolvimento, alguns Estados da CPLP evidenciam uma limitada tradição e experiência no que concerne à prestação de cooperação.

## **II. 4- O lugar da CPLP na *agenda-setting* do Governo angolano.**

Os distintos e numerosos interesses que conectam os Estados enquanto entidades integrantes da comunidade internacional estimulam a implementação de ações de política externa, mediante a realização de atividades de política externa por meio do estabelecimento de contatos internacionais para resolver problemas ou atender interesses compartilhados ou mútuos (BEMBE, 2016, p.31).

A criação de uma comunidade lusófona afirmou sobretudo o caráter internacional da língua portuguesa e o seu papel como laço histórico, cultural e político entre os países. A comunidade assume um papel importante, assente num consenso multilateral preeminente para o enriquecimento das relações de cordialidade e cooperação mútua, da concertação político-diplomática e da colaboração entre os seus integrantes, incorporando projetos que facilitarão a expansão da língua portuguesa no mundo.

A política externa de um país é condicionada pelo contexto internacional em que se desenvolve, pela posição que ocupa ou aspira ocupar no mundo e pelos meios de que dispõe e que decide utilizar para preservar ou alcançar tal posição. Na conjuntura internacional, Angola considera que a ação cooperativa constitui a estratégia mais apropriada e credível para intervir tanto no âmbito regional como global (MYAMOTO, 2009).

De acordo com Adriano de Freixo (2006, p.45), o foco principal dos PALOP, na CPLP, em particular Angola, é buscar parcerias internacionais para alcançar o desenvolvimento económico e resolver questões sociais. Nesse aspeto, a participação na CPLP não apresenta, de todo, aspetos atrativos para esses países, sendo que Portugal, seu principal membro, tem um poder de investimento limitado em comparação com outros países da UE, os quais Angola vem procurando para parcerias estratégicas, assim como o Brasil, outro ator influente na comunidade.

Leonildes Nazar (2014, p.2), enfatiza que na perspetiva angolana a comunidade lusófona pode ser representada como uma comunidade baseada na noção de herança

linguística e colonial, o que pode resultar num status pouco privilegiado na agenda. A relação de Angola com a CPLP pode ser analisada como um instrumento potencialmente eficaz na reafirmação dos laços históricos, ao mesmo tempo que suscita a reflexão sobre estratégias e potencialidades emergentes na complexa dinâmica entre a cooperação e os interesses de natureza política, bem como na intersecção entre a identidade e o poder.

O governo angolano vem alinhando a sua política em estratégias concertadas de autodefesa e apoio ao desenvolvimento, desenvolvendo a sua agenda com base na ação envolvente e projetando a sua ação no âmbito das suas aspirações na arena internacional. Para José Marques de Melo (2010, p.38), a relação dos Estados membros da CPLP, nesse caso Angola, junto à comunidade lusófona pode ser vista como um importante mecanismo geoestratégico e sociocultural, com o potencial de fomentar a formação de uma extensão geolinguística destinada à promoção de políticas para um espaço geograficamente disperso pelo mundo, permitindo que os membros direcionem as suas relações internacionais para o elemento identitário.

Segundo o jornalista da Angop (agência noticiosa do Estado angolano), Rui Vasco, Angola tem desempenhado um papel ativo na promoção e divulgação da língua portuguesa, reconhecendo a responsabilidade da CPLP em fazer da língua comum um instrumento de projeção coletiva e uma contribuição para a integração internacional dos Estados-Membros e para o desenvolvimento económico, social e cultural dos seus respetivos povos (VASCO, 2020).

Angola assumiu pela primeira vez a presidência “pro tempore” da CPLP em 2010, sob o lema: Solidariedade na Diversidade no Espaço Lusófono, e foi tida para alguns especialistas como o ponto alto do interesse de Angola diante da comunidade. Nesse contexto, Marcolino Moco, antigo secretário executivo da CPLP, declarou à Voz da América em julho de 2011, que o facto de Angola ter saído de um conflito armado recente e estar a caminho das eleições era um fator a ser considerado relevante para agenda de Angola e na liderança desta organização dispersa em vários continentes.

Por um lado, em 2010, a presidência de Angola na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) possibilitou a aprovação de uma declaração que, considerando

a multiculturalidade e o pluralismo linguístico como elementos que contribuem para o enriquecimento e fortalecimento da comunidade, reafirmou o comprometimento da CPLP com a intensificação do diálogo intercultural entre as nações da comunidade. Neste sentido, recomenda-se o incentivo e a promoção da solidariedade no âmbito da CPLP, de modo a garantir a efetiva realização dos objetivos gerais estabelecidos na sua Declaração Constitutiva.

Já em 2019, por alegados constrangimentos económicos provocados pela crise que o país enfrentava, o Governo angolano representado por Manuel Augusto, Ministro das Relações Exteriores na época, anunciava que a missão diplomática de Angola acreditada junto a CPLP passaria a ser representada pela embaixada de Angola em Lisboa. Porém, por outro lado, o diplomata adiantava nos meios de comunicação que Angola iria construir uma nova chancelaria na Alemanha.

Sob a ótica angolana, não é exagero afirmar que a CPLP tem uma importância, até certo ponto, significativa para a inserção e afirmação do país na ordem internacional, porém nas suas ações prioritárias tem privilegiado outras organizações e comunidades internacionais em detrimento da comunidade lusófona. A título de exemplo, podemos verificar na Figura 3, o Plano de Desenvolvimento Nacional para o período de 2018 a 2022, referente ao programa de afirmação da projeção internacional de Angola.

**Acções Prioritárias:**

- Preparar a candidatura de Angola aos principais órgãos das organizações internacionais de interesse estratégico (Nações Unidas, União Africana, SADC, CEEAC, etc.);
- Estabelecer protocolos com as várias instituições internacionais que Angola integra no sentido de promover a realização de estágios para graduados universitários angolanos;
- Negociar o aumento do volume e as condições de financiamento das instituições financeiras internacionais para concluir projectos estruturantes em curso e para implementar outros projectos de investimento público prioritários;
- Participar regularmente nos encontros promovidos pelas instituições financeiras internacionais;
- Desenvolver e implementar uma estratégia de proximidade com as comunidades angolanas no exterior;
- Desenvolver e implementar um Portal das Comunidades Angolanas no Exterior, de modo a divulgar informações importantes, resolver constrangimentos e incluir a diáspora nas matérias relevantes do País;
- Promover a ligação com as comunidades estrangeiras que possuem laços históricos e de consanguinidade com Angola;
- Reforçar a estratégia de diplomacia económica subjacente ao PRODESI, mobilizando a rede diplomática de Angola para promover os produtos e serviços angolanos, bem como as oportunidades de investimento no País;
- Promover acordos de supressão de vistos, em especial com os parceiros estratégicos;
- Estabelecer e aprofundar as relações bilaterais com os Estados considerados prioritários, designadamente com os países membros da SADC (nomeadamente os países vizinhos República Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia, e a África do Sul, com quem trabalhará para assumir uma posição de proeminência no seio da SADC), mas também com a CEEAC, os países da CPLP, dos PALOP e do Golfo da Guiné;
- Conceder prioridade às relações bilaterais que apótem conhecimento necessário ao processo de desenvolvimento de Angola, celebrando acordos de cooperação estratégica com os principais países do mundo líderes do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico e humano;

Fonte: Plano de desenvolvimento nacional (República de Angola) 2018-2022. Programa de reforço da projecção de Angola no exterior, Elaborado pelo Ministério das Relações Exterior (MIREX). Pag 243

Tal visão angolana, relativamente à prioridade dada à CPLP, pode ser constatada também no adiamento da presidência da CPLP por parte do governo angolano em 2020, noticiado pela Euronews e outros portais de notícias em maio de 2020, deixando mais um ano à presidência cabo-verdiana, alegando a falta de condições para presidir a comunidade, na mesma altura que assume a presidência da CEEAC, Comunidade Económica dos Estados da África Central, por 5 anos de exercício efetivo.

Este ato, foi um tema que esteve em debate nos meios de comunicação social da lusofonia, onde procuraram perceber por que razão Angola pretendia apenas assumir a presidência no biénio 2021-2023, indicando como causa a evolução do Covid-19 quando toda a comunidade, em especial Cabo-Verde que já cumpria com o período determinado, passava pelo mesmo processo, questionando-se o lugar e a importância da comunidade na sua agenda de política externa. O que nos leva a supor que, tal decisão tenha tido como causa a necessidade de Angola afirmar o seu protagonismo aos arranjos intrarregionais africanos.

Para o Centro de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social de África, CEDESA, o Governo de João Lourenço vê Portugal como aliado na CPLP, mas não como porta de entrada ou plataforma para a Europa, sendo que vem criando a sua agenda para relacionar-se diretamente com cada um dos seus parceiros europeus, como, por exemplo, a Espanha e a Turquia. A antiga ideia que circulava de que os assuntos relacionados a Angola eram de responsabilidade exclusiva de Portugal e deviam ser abordados com a participação de Lisboa (conhecida como berlinização) chegou ao fim.

Podemos assim verificar, momentos em a CPLP figura na agenda externa angolana, e momentos esses por governos diferentes, um na era do ex-Presidente José Eduardo dos Santos e outro na do Presidente João Lourenço. Deste modo, apesar de Angola estar sobre o governo do mesmo partido, MPLA, partido no poder desde a independência, é observável a mudança da colocação e ação de política externa angolana perante a comunidade lusófona. Entretanto, considera-se plausível verificar que a comunidade lusófona, no contexto da política externa angolana, desempenha uma função significativa, uma vez que o desenvolvimento económico é intrínseco à garantia da segurança e defesa, o que motiva o Governo angolano a ampliar o seu espaço de atuação, enfatizando as parcerias e estabelecendo visões partilhadas que funcionem como ponto de partida para a realização dos seus objetivos de política externa.

Para Angola. A CPLP pode ser e deve ser mais do que um espaço para se promover o vínculo linguístico ou uma comunidade de povos, mas sim existir como um espaço de oportunidades para os nacionais dos Estados-Membros. A comunidade tem capacidade de ser uma instituição mais funcional e dinâmica, em que de alguma forma potencialize a economia dos seus membros e funcione em benefício dos mesmos. Destarte, para Imperial (2006, p.16), o Governo angolano tem a CPLP na sua agenda, “como um fórum privilegiado de concertação política e de cooperação uniforme de países que pertencem a espaços políticos distintos.” Sendo que os seus integrantes adotam uma política que visa maximizar as sinergias na realização de interesses convergentes, apesar de utilizá-la em parte como um terceiro recurso entre os membros, dando primazia à relação bilateral com os estados integrantes

### **III- Angola na relação com a CPLP.**

A República de Angola é membro fundador da CPLP, desde 1996, e tem a comunidade na agenda política angolana como uma fonte de unificação com o Brasil na América do Sul e Portugal como polo privilegiado na Europa. Para Jovelina Imperial (2006, p. 36) a relevância e valorização de uma comunidade de países, como a CPLP, para Angola é inegável, especialmente num contexto de novas tendências nas relações internacionais.

A Missão Permanente da República de Angola junto da CPLP é um Órgão Executivo Externo do Ministério das Relações Exteriores que representa os interesses do Estado Angolano junto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sediada em Lisboa-Portugal, com o objetivo central de implementar a política externa e das orientações do Governo junto desta organização internacional. O Embaixador Oliveira Francisco Encoge desempenha as funções de Representante Permanente da República de Angola junto à CPLP desde agosto de 2021. Entretanto, durante a XXIX Reunião Ordinária do Conselho da CPLP, em São Tomé, o Ministro das Relações Exteriores, Tété António, anunciou a candidatura do Embaixador Oliveira Francisco Encoge, da República de Angola, para o cargo de Secretário Executivo da CPLP no mandato 2025-2027, a candidatura será apresentada no momento oportuno seguindo o que está descrito no Artigo 18 dos Estatutos da CPLP.

A República de Angola já presidiu a CPLP por duas vezes, a primeira em 2010 e a segunda 2021. Angola abrigou a oitava Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP foi realizada em Luanda no dia 23 de julho de 2010. Este evento contou com a presença dos Chefes de Estado e de Governo de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, bem como do Ministro das Relações Exteriores do Brasil e do Vice-Ministro de Timor-Leste. Foram aprovadas várias declarações, como “a declaração sobre a Solidariedade na Diversidade dos Observadores Associados, a Resolução sobre a Alteração dos Estatutos da CPLP e o Funcionamento Provisório do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a Resolução sobre o Regulamento dos Observadores Associados”, entre outras, (LAPUCHEQUE, 2014, p.94). Abrigou também a décima terceira Conferência de Chefes de Estado e de Governo

da CPLP realizada em Luanda, no dia 17 de julho de 2021, assumindo a presidência “pro tempore” sob o lema: “Construir e Fortalecer um Futuro Comum e Sustentável”.

A anteceder a presidência de Angola da CPLP, Tete António, o Ministro das Relações Exteriores de Angola (CPLP, 2021), afirmou que a presidência angolana da CPLP seria de continuidade do percurso seguido pela organização, mas que o governo angolano daria também a sua contribuição para que a CPLP prosseguisse não só com a mesma vitalidade, mas também com eficiência acrescida. Era objetivo de Angola colocar a livre circulação e a consolidação do pilar económico na ordem do dia.

Na primeira visita às instalações da sede da comunidade lusófona em 2022, o presidente de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço (CPLP, 2022), destacou o bom desempenho desenvolvido pelos Estados lusófonos, a união e feitos em prol dos direitos e objetivos da comunidade. Reforçou também o compromisso, como chefe e representante de um Estado soberano, de tudo fazer e trabalhar em conjunto com todos os Estados no fortalecimento da organização e que quando passar o testemunho ao país que vai suceder, entregar uma comunidade que estará muito mais próxima de alcançar os objetivos pelos quais os países vêm lutando há anos, como uma organização que faça diferença na economia e política mundial. Em suma comprometeu-se em nome do Estado angolano a trabalhar para o sucesso de uma comunidade mais forte.

O governo de Angola destaca na sua agenda com a CPLP dois objetivos primordiais: a cooperação económica como um instrumento essencial do desenvolvimento da comunidade e a mobilidade intralusófona é um objetivo primordial, aliás facilitador do desenvolvimento da economia. É necessário que, de facto, se passe do papel à prática, pois os cidadãos lusófonos anseiam ver resultados concretos. Angola analisa a situação em cada um dos países, em como estes objetivos se vão consolidando, olhando também para as vantagens que Estado-membro pode representar nas regiões que estão inseridos, atuando como portas de entrada para essas regiões e levando, de alguma forma, o comércio lusófono até elas.

Angola detém uma boa posição económica entre os Estados-membros da CPLP, aparecendo como relevante em termos de Rendimento Nacional Bruto. Imperial (2006,

p.87), afirma que “...em relação à situação económica, a CPLP tem vindo a proporcionar através do Fórum Empresarial da CPLP, encontros para intercâmbio de negócios entre empresários angolanos e dos demais Estados membros.” Com isso, primeira presidência do Conselho Empresarial (CE-CPLP) esteve sob a responsabilidade de Angola, e é em Luanda onde está instalado o Centro Regional de Desenvolvimento Empresarial da CPLP, com enfoque na capacitação de cidadãos angolanos e de outros Estados-membros no âmbito empresarial.

Angola tem a CPLP como um grande aliado na cooperação educacional, face aos altos indicadores deficitários sobre a educação. Múltiplas iniciativas foram concretizadas no cerne de ações desenvolvidas com a CPLP no setor educativo, muitas delas assinadas por Angola e os demais países membros, nas Conferências de Ministros da Educação da CPLP e no Acordo de Cooperação com a UNESCO (2000). Assumindo a educação como um setor importante para o desenvolvimento, o Governo angolano vem intensificando a cooperação com a CPLP e a orientá-la para áreas específicas do ensino, com destaque para a capacitação financeira, a formação para em sustentabilidade ambiental e a educação no domínio das tecnologias digitais, num contexto de crescente importância da inteligência artificial.

Ademais, a CPLP é, sob determinadas perspetivas, concebida como uma potencial convergência entre diversos processos de integração económica em curso na região do Atlântico Sul. A integração de Angola na comunidade proporcionou a concretização dos objetivos almejados pelo país. A CPLP ofereceu a Angola novas oportunidades de cooperação e um claro estreitamento das relações políticas, económicas e culturais entre os países da comunidade, em especial com Timor-Leste, sobretudo no âmbito da cooperação técnica, científica e tecnológica, domínios que foram aprofundados no quadro dos acordos e das atividades da CPLP (NUNES; ABREU, 2022). Em contrapartida, foram proporcionadas assistências que se materializaram em diversas ações de formação e reuniões técnicas, com o intuito de fomentar a troca de experiências entre os técnicos nas mais diversas áreas de atuação. Estas iniciativas visaram o aprimoramento e o aumento do nível de competências do pessoal técnico de Angola.

A adesão de Angola à comunidade lusófona proporcionou um acesso facilitado à parceria comercial e econômica, fomentado pelo incremento das transações comerciais, dos capitais investidos e das alianças estratégicas. Para estimular o desenvolvimento Hernâni considerou importante que este desenvolvimento asseguraria uma intensificação da interação e inclusão dos organismos econômicos e das finanças públicas dos Estados-membros. Deste modo, é igualmente necessário implementar medidas que permitam superar as fragilidades de caráter estrutural no desenvolvimento do setor comercial e do setor de capitalização, em quatro eixos essenciais que funcionariam como pilares de cooperação no domínio econômico na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Estas vertentes incluiriam a implementação de medidas que visam a melhoria do espaço de negócios para fomentar posteriormente o comércio, o incentivo ao investimento, o fortalecimento das instituições e das empresas, bem como a otimização dos mecanismos de financiamento. (Hernâni, 2021, p. 57).

No seu artigo: Angola: os desafios da (re)construção, Carlos Manuel Lopes (2004, p. 4) debruçou-se sobre a temática, abordando-a de forma precisa e fundamentada. O autor considerou alguns planos que a cooperação com os demais Estados-membros da Comunidade poderia potencialmente conferir à reconstrução da economia angolana, trazendo assim, em uma primeira perspectiva, o plano no quadro político diplomático, na medida em que a capital mobilizaria uma influência significativa na realização dos seus interesses nacionais; E por outro lado, o plano foi analisado na vertente comercial, destacando-se a importância dos potenciais mercados e das respectivas instâncias de integração regional. Por exemplo, o Brasil representaria o papel de facilitador de acesso ao Mercosul.

A comunidade lusófona estabelece relações diplomáticas de grande solidez. Conforme referido por Alfredo Hernâni (2021, p. 60), a relação de Angola com a CPLP tem sido extremamente relevante e vantajosa, apesar de não ter correspondido plenamente às expectativas de uma cooperação de tal envergadura. Ademais, tanto as relações bilaterais como as multilateralidades que Angola mantém com vários países poderiam ser devidamente exploradas e aproveitadas de forma mais eficiente.

Conforme referido por Luís Bernadino (2017, p. 248), na prática, é importante destacar que Angola participa ativamente na Operação Felino, que constitui uma das principais atividades de cooperação na área da defesa no âmbito da CPLP. Esta operação, realizada anualmente desde 2000, visa preparar as forças armadas dos Estados-membros para a atuação conjunta em missões humanitárias. A edição de 2010, que teve lugar em Angola, constituiu um momento de particular relevo para o fortalecimento da colaboração em defesa da CPLP.

Para Haletta de Figueiredo (2014, p.87), "Angola tem vindo a afirmar-se como um dos principais motores africanos da CPLP e nação líder em muitos dos processos no âmbito da cooperação na vertente da defesa. Desde logo responsável pela conceção e dinamização desta vertente organizacional, Angola tem uma responsabilidade acrescida em África, não só pela história comum de mais de quinhentos anos, como também pelo facto de atualmente constituir, no quadro da ONU, UA e das outras organizações regionais africanas, um parceiro apetecível para as questões de segurança africana." Assim, Angola emerge como um dos alicerces cruciais da presença africana na esfera da Comunidade e um dos elementos centrais das políticas multilaterais de cooperação estratégica na organização.

Neste âmbito, a autora sustenta também que, a perspetiva político-diplomática, económico-social e de reforço da segurança e da defesa, conjuntamente com as questões linguísticas, culturais e de consenso político-diplomático, têm impulsionado uma estratégia de crescimento institucional, visando uma afirmação contínua a nível regional e global. Como demonstrado ao longo do presente trabalho, Angola tem proactivamente supervisionado aspetos relativos à sua política interna e, de forma mais acentuada, à sua ação externa, nomeadamente nas suas relações com a Europa e com o Brasil. Esta abordagem complementar visa reforçar as relações bilaterais, que atualmente constituem o principal eixo da cooperação e da aliança estratégica global de Angola.

Todavia, a CPLP para a ação de política externa do Governo angolano pode capitalizar a sua inserção geográfica múltipla, em função de objetivos da comunidade e de seus integrantes, sobretudo no âmbito comercial das diferentes economias regionais, atuando como grupo de pressão em fóruns distintos (VILINGA, 2022, p.11). Deste modo,

podemos analisar a relação de Angola com um Estado-membro da comunidade e verificar em que circunstâncias, na sua relação com outro país lusófono, é comum invocar-se a bandeira da organização.

### **III.1- A importância da CPLP nas relações Angola-Brasil.**

A relação diplomática entre Angola e Brasil foi estabelecida com a proclamação da independência de Angola em 1975, sendo o Brasil o primeiro país a formalizar o reconhecimento deste ato na arena internacional, sob o governo militar de Ernesto Geisel. Segundo Alexandre Pereira da Silva (2016, p. 483), embora mais de trinta países socialistas tenham reconhecido a decisão do Brasil, havia dúvidas dentro do Itamaraty sobre a decisão. A intervenção do Brasil no contexto em questão, foi um tema suscetível de debates controversos. O reconhecimento do governo do MPLA e do próprio Estado, por parte do governo brasileiro, não foi bem acolhido pelos EUA, que, na época, apoiavam a FNLA.

Assim, buscando no Brasil maior viabilidade na sua parceria bilateral e na concretização de uma parceria estratégica. “O pragmatismo angolano, desde o pós-independência-conflito tem sido o alargamento da sua ação no cenário internacional. No período 1975-1991, embora constatado o pragmatismo angolano em sua ação externa, elementos conjunturais ideológicos e materiais o limitavam como tal, por sua vez, essa limitação se traduzia em uma inserção internacional menos expansiva do ponto de vista de agendas e temas” (JOVITA, 2017, p.36). No entanto, posteriormente, o pragmatismo propositivo possibilitou a Angola harmonizar e ajustar novos domínios de ação externa, fundamentados nas convicções, expectativas e articulação de uma agenda: de caráter securitário, económico, intensificação das parcerias bilaterais e da afluência de Angola em organismos multilaterais, salientando a reformulação conjuntural e o avigoramento das suas instituições no âmbito interno, através da ação diplomática de responsabilidade regional, buscando a sua consolidação.

O Brasil foi incluído à sua respetiva órbita internacional, não por motivações ideológicas ou afinidades linguísticas, mas por uma necessidade inerente a Angola. O

país ambicionava relações diplomáticas consistentes e buscava respaldo político-diplomático substancial (SANTOS, 2013). Os processos que moldaram a parceria entre Angola e Brasil são uma clara expressão de realpolitik. Desde 1975, o governo angolano reconheceu o Brasil como uma grande oportunidade de entrada para a América. Esta perspectiva não é contrária aos interesses do Brasil. Ambos procuravam reconhecimento nos princípios de reciprocidade de vantagens (JOVITA, 2017, p. 68).

Destarte, a cooperação entre os dois países da lusofonia merece atenção no presente capítulo, concretamente desde 2002, com o fim do conflito interno angolano, sendo mais um triste exemplo da época da Guerra Fria.

Para Jovita (2017, p.70), “com o final do conflito interno e a diversificação de parcerias, tanto por Angola quanto para o Brasil, que também coincidia com a diplomacia presidencial do Governo de Lula da Silva e posteriormente com o de Dilma Rousseff, o aprofundamento de novas agendas e temas davam azo a uma nova dinâmica nas relações de ambos países, o que vem mais tarde a culminar com a assinatura do Acordo de Parceria Estratégica celebrado em 2010, oficializando a condução das relações bilaterais entre Angola-Brasil”.

De acordo Calete (2016, p. 14), a Parceria Estratégica entre Angola e Brasil é um dos marcos mais importantes da cooperação internacional entre os dois países. Esta parceria define áreas de cooperação e interesse mútuo, bem como estabelece prioridades em questões de cooperação técnica, integração económica e política.

Com base na entrevista concedida por José Eduardo dos Santos (2013) à SIC, o ex-presidente da República de Angola afirma que, na visão do seu governo, o Brasil é um parceiro de crescente importância na ação externa de Angola e capaz de contribuir para a resposta aos desafios e aspirações da agenda angolana, afirmação está reforçada por José Jovita (2017, p. 71). No âmbito da complementaridade de interesses, durante o governo de Lula, Angola estabeleceu com o Brasil uma parceria para a reestruturação do país. Com base nos seus pressupostos e objetivos, os governos de Angola e Brasil, assim como as suas respetivas elites empresariais, deram impulso a um largo e aprofundado processo de execução de diversos projetos que se encontravam inativos ou paralisados em períodos

anteriores. Posteriormente, esse processo incluiu novas áreas de intervenção, tanto no âmbito da parceria técnica como na vertente político-económica (JOSE, 2011, p. 202).

O período pós conflito interno ficou assinalado pelas políticas de reconstrução, que representaram um momento propício para as construtoras brasileiras em Angola. As principais empresas construtoras brasileiras presentes em Angola no período pós-guerra foram: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão. A título de exemplo, sobre as ações de ajuda na reconstrução de Angola por empresas brasileiras, o projeto Capanda foi, sem dúvida, o ponto de partida de uma relação de confiança e credibilidade recíproca entre a Odebrecht e o governo de Angola na ajuda à reconstrução de Angola, investigadores e pesquisadores concordam que este assunto é fundamental para afirmação de empresa que aspiram ao êxito no mercado angolano. (GAIO, 2017, p.70).

Para Gilson Calete (2016, 16) O relacionamento entre Angola e Brasil tem sido um ato cerimonial, com o intuito de consolidar os vínculos de afinidades e cooperação estratégica, que são reconhecidos em níveis políticos elevados. Reconhecendo a importância de impulsionar e facilitar a realização dos seus objetivos, além de promover o crescimento das relações sociais, culturais, económicas e de intercâmbio em várias áreas. Vale analisar a relação bilateral entre Angola-Brasil, sob duas perspetivas distintas, mas complementares. Em primeiro lugar, importa salientar que as denominadas relações bilaterais diretas entre Luanda e Brasília ocorrem por intermédio de contactos oficiais entre os ministérios e os presidentes dos dois países. No contexto da esfera comercial, é notável a atuação da construtora Norberto Odebrecht em Angola, bem como a significativa presença da Petrobras, através de parcerias estabelecidas com a Sonangol, uma empresa de capital público que opera no setor petrolífero angolano. Em contrapartida, as relações bilaterais indiretas, mediadas por organismos multilaterais, têm sido mais intensas (CALETE, 2016, p. 17).

No âmbito dos atos internacionais bilaterais em vigor entre Angola e Brasil, destacam-se sobretudo os acordos de cooperação técnica, científica, política e económica, que visam reforçar as relações de amizade entre os dois países. E relativamente aos atos de carácter internacional bilaterais que se encontram em processo de ratificação, evidencia-

se uma clara inclinação para temas relacionados com o campo dos transportes, a colaboração jurídica no âmbito penal e as medidas implementadas pelos governos, nas agendas futuras (CALETE, 2016, p. 17). Consequentemente, as relações entre Angola e o Brasil satisfazem uma vasta multiplicidade de exigências, que combinam objetivos privados-com aspirações públicas. Para Angola, esta relação representa uma oportunidade para uma intervenção política externa "ativa e afirmativa" por parte do governo brasileiro. Esta ligação entre os dois países constitui uma perspectiva favorável para os dois povos.

Angola aspira um desenvolvimento nacional substancial, fundamentado no fortalecimento das suas infraestruturas e na afirmação das suas pretensões regionais e globais. Conforme exposto por Saraiva (2002), a principal preocupação da agenda angolana reside na obtenção do apoio do Brasil para o desenvolvimento do seu setor industrial e de defesa, com o objetivo de reduzir a atual dependência das importações de equipamentos militares. Consequentemente, Jovita (2017, p. 74) avalia a parceria estratégica entre Angola e Brasil, enfatizando que, para Angola, esta parceria representa uma oportunidade de alcançar uma transição política, promover estabilidade macroeconómica e impulsionar o desenvolvimento das infraestruturas de base produtiva. Ademais, a participação brasileira neste âmbito é crucial, uma vez que tem representado um período de aprendizagem mútua e contínua nas relações entre os dois países.

Angola e o Brasil partilham uma relação de grande parceria estratégica, abrangendo diversas áreas de colaboração. Como evidenciado pela Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento da Parceria Estratégica, firmada em 22 de junho de 2010, ambas as nações vêm, desde então, expandindo as suas iniciativas no âmbito do turismo sustentável, reforçando o compromisso mútuo de fomentar e consolidar as competências nacionais em áreas como o turismo sustentável, a gestão técnica de empreendimentos turísticos e a melhoria das respetivas infraestruturas. A respetiva declaração originou posteriormente a 13 de novembro de 2012, um ajuste suplementar ao denominado “Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica, subscrito entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola para implementação do Programa de Parceria Estratégica de Cooperação Técnica”, que inclui, entre as suas vertentes prioritárias, a parceria nas áreas do ambiente, hotelaria e turismo. Com o intuito de

promover o enriquecimento recíproco no domínio cultural, no modo de vida e na história partilhada, é aconselhável que os cidadãos sejam incentivados a visitar o outro país, usufruindo de políticas facilitadoras de vistos, como o Acordo de Mobilidade da CPLP (CAU, 2011).

As alterações e inclinações de parceria entre Angola-Brasil abrangem as dinâmicas da SADC e do MERCOSUL no contexto das relações SUL-SUL, visando o fomento do avanço económico, político, bem como a promoção da inclusão social e da segurança de Angola. Estas considerações são evidenciadas nas vertentes bilaterais, regionais e multilaterais, e refletem o nível de comprometimento de Angola na cooperação SUL-SUL.

Para Alexandre Patera Zani (2006, p.402), o fortalecimento dos laços entre Angola-Brasil sempre foi alcançado por meio da elaboração de políticas que assegurassem a consolidação de seus interesses no cenário internacional, baseados nas suas agendas, incluindo também a garantia de fluxos contínuos de recursos energéticos e a exportação de serviços. A presente comunicação visa demonstrar que a cooperação estabelecida entre a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a comunidade lusófona tem vindo a aproximar cada vez mais os dois países, oferecendo novas possibilidades de desenvolvimento e promovendo o bem-estar dos povos envolvidos.

É evidente que o Governo angolano intensificou as suas medidas no domínio da cooperação técnica com o Brasil, algumas das quais desenvolvidas por intermédio da CPLP, em conformidade com os princípios da cooperação Sul-Sul, que já se encontrava patente na formulação da ação externa do governo angolano. A sinergia estabelecida nas áreas de formação do capital humano, defesa, recursos energéticos, substancialmente facilitada pelo idioma comum, consolidou-se como um dos principais mecanismos da política externa angolana. Ainda que os proveitos específicos da parceria técnica internacional implementada sejam aferidos a médio e longo prazo, é possível concluir que, apesar de alguns contratemplos, como a instabilidade dos investimentos, a continuidade de projetos e programas e a complexidade dos sistemas burocráticos de natureza bilateral ou triangular, a República de Angola tem obtido resultados

significativos no âmbito da sua relação com a República Federativa do Brasil (RIZZI, 2008, p. 305).

A presença e intervenção em organizações multilaterais constituem um mecanismo significativo para a edificação da percepção e reconhecimento internacional no contexto da agenda angolana. O oceano Atlântico constitui o epicentro da CPLP, representando um espaço estratégico com um elevado potencial de cooperação entre os países de língua portuguesa, nomeadamente no domínio da defesa. Schutz (2022, p. 66) ao observar a intervenção e participação de Angola em estruturas de colaboração multilateral no domínio da segurança e defesa, mais concretamente na problemática marítima, indica que, na agenda angolana, no contexto das suas relações com o Brasil, é manifesta a preeminência de ações em representação da ZOPACAS em contraposição à CPLP. De facto, esta realidade é intrínseca à própria configuração e estruturação da CPLP, que não emerge com a função primordial de atuar no domínio da defesa, apesar de, progressivamente, ter vindo a fortalecer e a institucionalizar esta matéria.

De acordo com Maria Mongiardim (2014, p. 13), a afirmação e ascensão de Angola nos contextos económico, político e militar resultou numa alteração significativa do balanço de poder na CPLP. No contexto da organização, o Brasil e Angola ocupam posições de destaque em termos de recursos naturais e energéticos, bem como de projeção influência de poder. A colaboração entre ambos, que se estende à exploração petrolífera na região do Golfo da Guiné e à cooperação no pré-sal brasileiro, reforça a influência do binómio Brasil-Angola sobre a segurança regional, como evidenciado pela criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

De acordo com Kamila Rizzi (2008, p. 287-324), a existência da comunidade exerceu uma influência na esfera bilateral das relações entre os seus membros, particularmente no contexto da cooperação entre Angola e o Brasil. Desde a fundação da CPLP, é perceptível a adaptação positiva da relação brasileiro-angolana no contexto da comunidade, com os contactos a refletirem o impulso contínuo da cooperação entre as respetivas sociedades civis, particularmente no que diz respeito às ações do governo brasileiro em parceria com entidades em benefício da sociedade angolana. A autora salienta, na sua obra, que a relação entre Angola e Brasil apresenta duas orientações

claramente específicas, embora complementares, inseridas no mesmo contexto internacional. Em um primeiro momento, as relações diplomáticas bilaterais diretas, são implementadas por intermédio de contacto diplomático direto, por meio das representações diplomáticas de cada país e das visitas oficiais realizadas entre ambos, que se caracterizam por haver um contacto imediato, sem intermediários. A cooperação entre os ministérios e os presidentes, nomeadamente através das visitas oficiais e dos protocolos de intenção nas mais diversas áreas de cooperação técnica, foi determinante para o estabelecimento de uma ligação direta entre Luanda e Brasília. Em segundo lugar, as relações bilaterais indiretas, retratadas como relações que se concretizam pela mediação de um terceiro ator internacional, ou seja, intermediário que facilite as interações entre as partes envolvidas.

Nesse caso, enquadra-se maioritariamente a CPLP, que redimensionou, essencialmente o âmbito da cooperação entre os dois países, e foi possível constatar uma nítida aproximação angolana-brasileira, em especial no contexto da cooperação técnica, sociocultural e educacional.

Assim, a agenda angolana para o Brasil apresenta uma consistência e coesão entre o contexto diplomático e a preservação da sua dimensão estratégica, ao delinear os eixos que promovem a articulação entre os interesses nacionais e as oportunidades, em consonância com os objetivos delineados pelo Brasil.

#### IV- Considerações finais

Nesta dissertação assumimos como objetivo geral compreender a posição e a relevância da CPLP na formulação da *agenda* de política externa do governo angolano, considerando o contexto das mudanças ocorridas entre 2010-2019. Deste modo, para que seja possível alcançar o objetivo inicialmente delineado, é imprescindível que sejam igualmente atingidos os objetivos específicos que foram estabelecidos na introdução.

Assim, no primeiro capítulo, trouxemos um amplo debate sobre a revisão da literatura existente, demonstrando as diferentes perspectivas sobre a política externa e a *agenda-setting* e as correntes teóricas em que se baseiam. O que, conseqüentemente, nos levou posteriormente a analisar com mais clareza a ação de política externa angolana e a sua percepção sobre a ação com a CPLP, comunidade esta de que faz parte desde a sua fundação.

Deste modo, após a revisão de literatura, procedeu-se à análise da CPLP na agenda do Governo angolano enquanto instrumento geoestratégico e sociocultural, que fomenta a formação de um espaço geolinguístico destinado à implementação de políticas de promoção do vasto espaço lusófono com expressão em diversas áreas geográficas. Assim sendo, em primeira instância, procuramos compreender a inserção, o posicionamento e ação de Angola na arena internacional e analisamos a CPLP enquanto organização internacional detentora de personalidade jurídica e de um estatuto de autonomia administrativa, bem como enquanto entidade geopolítica de relevante magnitude, dotada da capacidade intrínseca para se afirmar como uma organização mais ativa e expressiva.

Em função da análise desenvolvida, por um lado, constatamos que a ação de política externa angolana tem sido expressa pela sua inserção internacional estratégica, seletiva e ativa, com ênfase nas relações bilaterais, extra e inter-regionais. Com isso, a República de Angola tem vindo a focar a sua ação externa na construção de relações mais consistentes, privilegiando temas de cooperação bilateral na sua agenda. Neste sentido, tem-se verificado ênfase particular nos parceiros fora da região africana, com o objetivo de aprofundar os instrumentos de reconstrução e estabilidade nacional. Ademais, tem

vindo a aprofundar os seus interesses através da ação participativa nas organizações internacionais das quais é membro, nomeadamente a U.A., a ONU, a SADC, a CEEAC, a CPLP e a CGG.

Por outro lado, como podemos averiguar no presente estudo, no contexto da política externa angolana, a CPLP atua como um mecanismo de concertação política e de cooperação com nações pertencentes a esferas geopolíticas diversas. Entretanto, o espaço CPLP é estratégico para o governo angolano, no que refere às diferentes posições geográficas dos Estados membros.

Foi possível constatar também que a República de Angola outrora já teve a sua integração na CPLP como uma oportunidade de possibilidades a serem exploradas no sentido da sua projeção no espaço internacional, porém, parece que a CPLP, como organização, já não parece ocupar uma posição privilegiada na ação de política externa angolana, considerando que, maioritariamente, as negociações entre os Estados membros são feitas nos contextos bilaterais. Em concordância com Jorilha Silva (2023) a CPLP evidencia uma estrutura institucional consolidada como espaço multilateral de diálogo e cooperação, porém, é necessário aprofundar a sua ação para se afirmar como organização sólida, implementando projetos que promovam políticas sociais nos países-membros e atuando como entidade de monitorização e transformação das normas em ação.

No terceiro e último capítulo, analisámos a relação de Angola com a comunidade lusófona, incluindo uma análise da relação com um ativo Estado membro e parceiro estratégico de Angola, o Brasil. Assim, verificamos que a parceria entre Angola e a CPLP é benéfica, favorável e de elevada relevância, ainda que ligeiramente aquém das expectativas associadas a uma organização com tal envergadura e diversidade geográfica.

Com isso podemos verificar que, essencialmente no seu plano de ação prioritária as relações angolanas com os países lusófonos foram e continuam bilaterais, sem que, na maioria das negociações, seja necessária a mediação da CPLP. A reflexão sobre os temas da conjuntura que afetam a concretização e o posicionamento da agenda angolana, apresentando uma visão realista e pragmática, conduz, indubitavelmente, à conclusão de

que a CPLP exerce, de forma progressiva, um impacto positivo e considerável na definição da agenda e na ação da política externa

No domínio da política externa, o cenário interno emerge como a variável crucial na construção e subsequente priorização da agenda, conforme descrito por Freire & Vinha (2015, p. 30) “os líderes e o tipo de liderança que exercem, moldam o modo como é formulada a ação externa e o conseqüente comportamento dos Estados na política internacional”. Poder-se-ia dizer, que de algum modo, a alteração de presidência e a atual conjuntura político-económica do governo angolano influenciou de algum modo o lugar da CPLP na atual agenda do governo angolano, que atualmente tem vindo a reforçar as relações bilaterais entre os Estados lusófonos.

Constatamos também, que o governo angolano utiliza as parcerias estratégicas extrarregionais como condição indispensável na manutenção das suas agendas, quer sejam elas internas ou externas. Como a título de exemplo, a relação entre Angola e Brasil, que se encontra consolidada e apresenta uma confiança recíproca crescente entre as duas nações, é caracterizada pela emergência de múltiplas vertentes de cooperação em níveis bilaterais e multilaterais (com a CPLP). A relação entre os dois países tem sido maioritariamente em parcerias bilaterais-diretas, fruto dos longos anos de afinidade e vem-se fortalecendo, primeiramente, com o conceito de regionalização, que se iniciou com a defesa da paz e da segurança no Atlântico Sul, culminando posteriormente no reforço do laço identitário dentro da lusofonia.

Concluimos que a CPLP poderá ter um lugar de maior relevância na agenda de Angola, uma vez que o governo angolano reconhece o crescente desenvolvimento da comunidade e o potencial promissor do espaço lusófono. Entretanto, terá de superar algumas assimetrias existentes de modo a alcançar a realização plena dos seus objetivos.

Por fim, apesar dos esforços envidados e da existência de um acervo documental substancial sobre a CPLP, revelou-se desafiante obter informações e materiais que retratassem a visão e a importância que os PALOP, em particular Angola, têm acerca da sua participação na organização. Essa limitação documental dificulta a exploração de temas relacionados com a CPLP na ótica dos PALOP.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, E. (2019). Angola nos caminhos do centro-globalismo africano. Centro de Estudos Internacionais-Comunicações a conferências internacionais. Repositório ISCTE. Lisboa. Pag 14-28. ISBN 978-989-33-0665-9.

ALVES, C. (2013). Política externa angolana em tempo de guerra e paz: colonialismo e pós-colonialismo. Dissertação de Doutoramento em Relações Internacionais, Universidade de Coimbra.

ALVES, M; AZEVEDO, S; LOPES, P. (2016). O processo de formulação de formação de agenda: como atrair a atenção do governo e converter problemas em políticas públicas. *Negócios em Projeção*, Vol. 7, n 2. P. 69-79

BEMBE M. D., (2013). Os vetores da construção da nação angolana e a função do Estado. Mulemba — Revista Angolana de Ciências Sociais. vol. III, n.º 6, Novembro, pp. 167-183

BEMBE, M. (2016). A Política Externa Angolana: Doutrina e prática. Mulemba-Revista Angolana de Ciências Sociais. Pp. 25-55.

BENNER, P. (1994). *Interpretative phenomenology. Embodiment, caring and ethics in health and illness. NewBury Park.*

BERNARDINO, L. (2017). *Angola in the African Peace and Security Architecture: The strategic role of the Angolan Armed Forces*. Lisboa: Mercado de Letras Editores. Nº 8 pp. 247-249.

BORREGO, J. (2015). África como centro de interesse na política externa da China. Caso de estudo Angola. Dissertação de Mestrado. Universidade da Beira Interior. Covilhã. <https://ubibliorum.ubi.pt/server/api/core/bitstreams/23f3a1f8-82bd-42a1-b73d-f568619e6fa2/content>

CAPAN, Z. (2017). Capan, Z.G. *Decolonising international relations?*, Third World Quarterly. Pp 1-15. <https://www.jstor.org/stable/26156094>

CAPELLA, A. (2016). *Agenda-setting policy: strategies and denial mechanisms*. *Organization & Society*. Vol 23 nº 79. pp 675-691.

CAPELLA, A. (2018). *Formulação de políticas públicas*. ENAP. Coleção, Governo e Políticas Públicas. Brasília.

CARLOS, L. «CPLP: Paradoxo certo ou futuro incerto?», *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 7 | 2011, posto online no dia 13 outubro 2016, consultado no dia 25 setembro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/ras/1232>; DOI <https://doi.org/10.4000/ras.1232> Consultado em 21 de Junho de 2023.

CAU, H. (2011). *A construção do Estado em Moçambique e as relações com o Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/30619>

CEDESA. (2021). *Os novos parceiros estratégicos de Angola e a posição de Portugal*. <https://www.cedesa.pt/2021/10/29/os-novos-parceiros-estrategicos-de-angola-e-a-posicao-de-portugal/> Consultado em 3 de Maio de 2024

CLAPHAM, CH. (2020). *Briefing Decolonising African Studies?*. Cambridge University Press on behalf of The Journal of Modern African Studie. Pp. 138-153. <https://doi.org/10.1017/S0022278X19000612> Consultado em 14 de Agosto 2024.

COLLING, L. (2001). *Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados*. *Revista Famecos*. Porto Alegre, nº 14.

COSME, N. (2015). *O sentido do reconhecimento da independência de Angola ao Brasil*. In: *Quarenta anos das relações Brasil-Angola*. Documentos de depoimento Moreira Santos. FUNAG, Brasília.

CPLP. *Status* dos Observadores Associados e Consultivos. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2765.aspx>. Consultado em 8 de Fevereiro 2023

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Estados-Membros. <https://www.cplp.org/id-2597.aspx> . Acesso 9 de Fevereiro 2023

CPLP. (2022)Presidente da República de Angola visita sede da CPLP. Declaração a Imprensa 29 de Junho 2022.<https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=9589&M=NewsV2&PID=10872>

CPLP. (2021). Embaixador Oliveira Encoge é Representante Permanente de Angola junto da CPLP. Declaração a Imprensa 28 de Setembro 2021. <https://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=9273&M=NewsV2&PID=10872>

ENOGE, O. (2017). Diplomata angolano destaca importância e papel da CPLP. Portal de Angola. Editor: Jorge Eduardo.

FEIXO, A. (2006). Dez anos da CPLP: As perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa. Portugal. Cena Internacional, ano 8, nº 1, pp. 35-54.

FIGUEIRA, A. (2011). Introdução à Análise de Política Externa. São Paulo: Saraiva. <https://aintropol.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/05/figueira-introduc3a7c3a3o-a-anc3a1lise-de-polc3adtica-externa.pdf>

FIGUEIREDO, H. (2013). A importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na política externa angolana (2002-2012). Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Lusíadas de Lisboa.

FREIRE, M., VINHA, L. (2015). Política externa: modelos, atores e dinâmicas. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.

FREY, K. (2000). Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Brasília, Planejamento e Políticas Públicas. V. 21)

GAIO, G. (2017). A economia política angolana e sua gênese público-privada: uma análise das construtoras brasileiras em Angola. OIKOS. Rio de Janeiro. Vol 16, n. 2. p.p 65-78.

GIANEZINI, K., BARRETTO, L., GIANEZINI, M., LAUXEN, S. de L., BARBOSA, G. D., & VIEIRA, R. de S. (2018). Políticas Públicas: definições, processos e constructos no século XXI. Revista De Políticas Públicas,21(2), 1065–1084. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v21n2p1065-1084>

GIL, A. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4o Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. ISBN 8522431698.

GINGA, D. F. (2014). Angola e a Complementaridade do Mar: o mar enquanto fator geoestratégico de segurança, defesa e afirmação. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais-Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Portugal.

GINGA, D. F. (2020). A influência do mar como elemento da política externa angolana: uma diplomacia naval angolana. Revista da Escola de Guerra Naval. v. 26, n. 2, p. 526-555.

GÓES, C. (2021). A Comunidade invisível: jornalismo, identidades e a rejeição dos povos de língua portuguesa no Brasil. Ponte Editora. Madeira. ISBN-978-989-99820-4-8

GRAÇA, P. (2008). O posicionamento estratégico dos PALOP face à crise global no quadro da presidência portuguesa da CPLP. Academia Edu. link: [https://www.academia.edu/37463102/O\\_Posicionamento\\_Estrat%C3%A9gico\\_dos\\_PA](https://www.academia.edu/37463102/O_Posicionamento_Estrat%C3%A9gico_dos_PA)

[LOP face %C3%A0 Crise Global no Quadro da Presid%C3%Aancia Portuguesa da CPLP?email\\_work\\_card=reading-history](#) . Consultado 7 de Fevereiro de 2023.

GRAÇA, P. (2008). O problema do consenso histórico na área lusófona. *Portuguese Literary & Cultural Studies* 19/20.. Versão publicada pela Revista de Ciências Sociais e Políticas, nº2,p.p123-139. [https://www.academia.edu/37317431/O\\_Problema\\_do\\_Consenso\\_Hist%C3%B3rico\\_na\\_%C3%81rea\\_Lus%C3%B3fona](https://www.academia.edu/37317431/O_Problema_do_Consenso_Hist%C3%B3rico_na_%C3%81rea_Lus%C3%B3fona).

GRILO, A. (2009). A geopolítica de Angola, dinâmicas de afirmação num quadro regional. 2009. 83f. Trabalho de investigação individual final do CEM-C (Curso de Estado Maior-conjunto) - Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.

HAGAN, J. (2001). *Does decision making matter: systemic assumptions vs. Historical reality. International relations theory. International studies review*. Vol.3 no2. p.5-47.

HERNÂNI, A. (2021). CPLP: Angola nas relações exteriores. UNILAB 10 ANOS: Experiências, desafios e perspetivas de uma universidade internacional com a África e o Timor-Leste NO INTERIOR DA Bahia e do Ceara. Volume I. Academia Edu [https://www.academia.edu/117288868/CPLP\\_ANGOLA\\_NAS\\_RELA%C3%87%C3%95ES\\_EXTERIORES](https://www.academia.edu/117288868/CPLP_ANGOLA_NAS_RELA%C3%87%C3%95ES_EXTERIORES). Consultado no dia 20 de Abril 2024.

IMPERIAL, J. (2006). A CPLP E A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados membros- Um exemplo: Angola. Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. ISEG- Universidade Técnica de Lisboa.

JERÓNIMO, P. (2018). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP. Conferência dos desafios da CPLP á luz do Direito Internacional Público. Universidade Lusófona no Porto. Porto.

JONES, B. (1993). *Agenda and Instability in American Politics*. Chicago: University of Chicago Press.

JONES, G. (2005). *Africa and the Poverty of International Relations*. *Third World Quarterly*, 26(6), p. 987-1003. ISSN 01436597.

JOSÉ, J. (2011). A política externa de Angola: novo regionalismo e relações bilaterais com o Brasil. Pós-graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS.

JOSÉ, J. (2016). A política externa angolana na atualidade: uma análise dos sucessos e limitações na consolidação de uma agenda regional e global. Teses de Pós graduação em Relações Internacionais, UERJ. Rio de Janeiro. [journals.openedition.org/ras/1232](http://journals.openedition.org/ras/1232); DOI : <https://doi.org/10.4000/ras.1232>. Consultado em 13 de Maio de 2023.

JOVITA, J. (2017). A política externa de Angola e as estratégias atuais. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

KINGDON, J. (2003). *Agenda, alternatives and public policies*. 2oEd. New York. Harper Collins.

LAPUCHEQUE, R. (2014). A cooperação entre os oito Estados membros da CPLP. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de Nova de Lisboa.

LOPES, C. (2004). Angola: os desafios da (re)construção. OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa. <https://repositorio.ual.pt/server/api/core/bitstreams/61d7e77c-5e84-4592-a855-2fd17f707d0b/content> Consultado 20 de Janeiro de 2024

MALAQUIAS, A. (2001). *Angola's foreign policy since Independence: the search for domestic security*. *African Security Review*. New York. Vol.9, n 3.

MARCONI, M., LAKATOS, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª Edição. Editora Atlas S.A, São Paulo. ISBN 8522433976.

MICHEL, C. (2016). A CPLP, Uma organização para quê?. *Portuguese Studies Review*, 2017, Exploring the Crossroads and Perspectives of Lusophone Studies, XXIII (1), p.67-96.

MIRANDA, M.A.(2018). *Angola e a resolução dos conflitos na região dos Grandes Lagos: o caso da CIRGL*. Dissertação de Mestrado. ISCSP. Lisboa.

MONGIARDIM, M. (2014). *A nova face da CPLP*. Academia Edu. [https://www.academia.edu/10284452/A\\_Nova\\_face\\_da\\_CPLP](https://www.academia.edu/10284452/A_Nova_face_da_CPLP). Consultado em 14 de Maio de 2023.

MOREIRA, A. (2001). *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação instituto português da conjuntura estratégica*. Editora Almedina. Lisboa.

MOREIRA, A. (2015). *A língua e o conceito estratégico português*. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa.

MOTA, M. (2009). *Brasil, Portugal e a CPLP: possíveis estratégias internacionais no sec. XXI*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

MORGENTHAU, H. (2003). "A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz. p. 215.

MOURÃO, F. (2000). *Política africana no Brasil*. Cultura Editora Associados. São Paulo. Vol.3.

MYAMOTO, S. (2009). O Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília. Vol.52, Nº2. ISSN: 1983-3121.

NAZAR, L. (2014). O papel da lusofonia nas relações entre Brasil e Angola. *Revista Perspetivas Do Desenvolvimento*. ISSN 2318-681X

NUNES, J; ABREU, L. (2022). A Independência e o Brasil independente. Coimbra *University Press*. Vol. II. ISBN 978-989-26-2373-3

NYE J.S.. (2009) *Cooperação e Conflitos nas Relações Internacionais*. São Paulo, Brasil. Gente Editora. <https://brisiblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/10/nye107-139.pdf>. Consultado 11 de Abril 2024

OLIVEIRA, C. (2015). A CPLP como instrumento de política externa brasileira e de desenvolvimento para os PALOP. *Revista Perspetiva*, reflexões sobre a temática internacional. v.8, no 15. ISSN: 25255258.

PAIVA, J. (2011). A política externa de Angola no novo contexto internacional. Lisboa, Portugal. *Quid Juris?*.

PEGADO, A. M. S. P. (2014). Angola como potência regional emergente: análise dos fatores estratégicos (2002-2012). Tese de doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Repositório do ISCTE. <http://hdl.handle.net/10071/8446>. Consultado em 13 de Junho de 2023

PEREIRA, A. (2013). Da vertente política à económica na CPLP: estudo de formas de estreitamento das relações económicas dos Estados Membros. Dissertação de Mestrado. ISCSP. Lisboa.

PIMENTEL, J. (2000). As relações entre o Brasil e a África Subsaariana. *Revista Brasileira de Política Internacional*. N 43. Pp 5-23.

PINHEIRO, L.; SALAMÓN, M. (2013). Análise de política externa e política externa brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*. no56. pp.40-59.

PINTAINHO, Z. (2014). *A Política Externa Angolana no Processo de Reforma das Forças Armadas da Guiné-Bissau*. Tese Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus. Universidade de Évora.

PRODANOV, C., FREITAS, E. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2º Ed. Noovo: Freevale. ISBN-9788577171583.

PROLO, I; LIMA, M; SILVA, L. (2018). *Os desafios na adoção da tradição interpretativista nas ciências sociais*. Editora UnilaSalle. Brasil.

ROCHA, A. (2024). *A CPLP e a posição estratégica de Angola na África subsariana*. Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/50678/1/A\\_CPLP\\_e\\_a\\_posicao\\_estrategica.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/50678/1/A_CPLP_e_a_posicao_estrategica.pdf) Consultado em 21 de Abril de 2024.

RIBEIRO, C. (2004). *Brasil, África, Portugal: da política externa independente à CPLP*. Leviathan. São Paulo. Pag. 99-117.

RIZZI, K. (2008). *Relações Brasil-Angola no Pós-Guerra Fria (1990/2002)*. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 287-324. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069167010> .Consultado 01 de Março de 2024

SANTOS, J. E. dos. (2013) *Entrevista, Presidente de Angola fala pela primeira vez a SIC*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iOYKdv5X1zg>» 6. In: *Sociedade Independente de Comunicação (SIC-PT)*. Consultado em 03 de Junho 2023.

SANTOS, J. (2013). Brasil e Angola: a presença do Brasil no processo de libertação e construção de uma Angola livre. Simpósio Nacional de História. Brasil

SANTOS V. M. (2012). Reflexões sobre a problemática da avaliação de resultados em política externa. Lisboa. ISCSP.

SCHUTZ, N. (2022). Angola no Atlântico Sul: a lacuna da política externa para a CPLP (2002-2020). Brasil. Conjuntura Austral. p.57–69. ISSN- 2178-8839 <https://doi.org/10.22456/2178-8839.123171>. Consultado em 29 de Agosto de 2023

SEITENFYS, R. (2003). Manual das organizações internacionais. Editora Livraria do Advogado. Porto Alegre, p.361.

SIMÃO, L. GUEDES, A. NIETO, A. (2017). Inserção Internacional de Angola: Intervenções e Interferências Externas e suas Implicações para Governança e Gestão Pública. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan/abr

SIMIÃO, I. (2014). Modelo de inserção de Angola no sistema internacional. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus. Universidade de Évora.

SILVA, A. (2016). O Brasil e os 40 anos do reconhecimento de Angola. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: Vol. 8, Nº .3. p. 471-488.

SILVA, I. C. (2017). Política Externa na África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia). Porto Alegre: CEBRAFRICA/UFRGS.

SILVA, J. (2023). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): análise das suas potencialidades e vulnerabilidades para a cooperação e desenvolvimento no espaço internacional de língua portuguesa. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. ISCSP. Lisboa

SOBRINHO, P. (1997). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Institucionalização e relações culturais, políticas-diplomáticas e económicas. Editora Revan. Brasil.

SPOSITO, I. B. (2011). Mudança de política externa: proposta de um modelo. Tese de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Programa de San Tiago Dantas. UNESP, UNICAMP. São Paulo.

SPOSITO, I. B. (2014). Avanços e empecilhos na governança global: Análise em três níveis / *Advances and restraints in global governance: A three level analysis*. Mural Internacional, 5(1), 93–104. <https://doi.org/10.12957/rmi.2014.7481>

TCHIVOLE, T. (2017). Relação de cooperação Angola-Portugal. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Consultado em 12 de Dezembro de 2023

VASCO, R. (2020). Angola: 45 years of diplomacy. ANGOP. Luanda, 7 nov. 2020. Disponível em: <https://www.angop.ao/en/noticias/politica/angola-45-anos-de-diplomacia/>> . Consultado em 13 Junho de 2023.

VILINGA, T. (2022). A situação geopolítica de Angola na CPLP: perspectivas e potencialidades entre os anos de 2008-2017. UNILAB. Brasil. Dissertação. Consultado em 12 de Dezembro de 2023

ZANI, Al. (2005). As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul: face ao processo da integração da SADC e na CEEAC. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP.